

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JUHAN PABLO SILVA MIRANDA

Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: análise dos grupos familiares com ênfase na
agricultura familiar na região Sul comparada ao Brasil e Centro-Oeste (2004-2013)

Uberlândia

2025

JUHAN PABLO SILVA MIRANDA

Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: análise dos grupos familiares com ênfase na agricultura familiar na região Sul comparada ao Brasil e Centro-Oeste (2004-2013)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. Carlos Alves do Nascimento

Uberlândia

2025

JUHAN PABLO SILVA MIRANDA

Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: análise dos grupos familiares com ênfase na agricultura familiar na região Sul comparada ao Brasil e Centro-Oeste (2004-2013)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas

Uberlândia, 2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento – UFU (Orientador)

Prof. Dr. Clésio Marcelino de Jesus - UFU

Prof. Dr. Bruno Damasceno Xavier - UFU

Dedico este trabalho à minha mãe, por tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por todo o apoio ao longo dessa trajetória, em especial a minha avó, Maria do Carmo da Silva, minha mãe, Janaina Simaia da Silva, e meu pai, William Lourenço Miranda, que me acompanharam diariamente por todos esses quatro anos.

Agradeço aos meus amigos que me acompanham desde o começo da faculdade e fizeram todas as dificuldades parecerem mais leves e divertidas, são eles: Lincon César, minha eterna dupla de trabalhos com quem desenvolvi quase que uma conexão telepática, Camila Almeida Prado, que com suas palavras meigas e delicadas me colocavam no eixo em momentos de surto, Maria Eduarda Ribeiro, que me ensina todos os dias a ser uma pessoa mais independente, Felipe Cassemiro, que me mostrou que é possível ser uma pessoa gentil em 2025, e ao Picasso, por tudo que vivemos juntos.

Agradeço ao PET Economia, por ter se tornado minha segunda casa nos quase três anos que passei lá, e por ter me permitido conhecer pessoas incríveis como Arthur Fernandes, Carlos Eduardo e Fernando José. Um agradecimento especial ao Bernardo Tanaka e João Gabriel, amigos que conheci no PET, mas que com certeza levarei para o resto da vida.

Agradeço a professora Marisa Amaral por ter sido, além de uma excelente tutora, uma grande amiga por quem eu aprendi a nutrir um imenso carinho.

Agradeço a todos os professores do IERI UFU que, de um jeito ou de outro, marcaram minha trajetória acadêmica e me inspiraram a ser o profissional que sou hoje. Cito aqui especialmente a professora Michele Poline Verrismo, professor Carlos Santejo Saiani, professor Marcelo Sartório Loural, professor Cleomar Gomes da Silva, professor Diógenes Moura Breda, professora Josiane Souza de Paula, professor Julio Fernando Costa Santos, professor Guilherme Jonas Costa da Silva e professora Soraia Aparecida Cardozo. A todos vocês, meu muito obrigado.

Por último, gostaria de agradecer ao professor Carlos Alves do Nascimento, pela paciência e pelo respeito com que me tratou ao longo de toda a orientação. Sem sua ajuda, com certeza esse trabalho não seria possível.

RESUMO

O debate sobre a fome no Brasil não é algo recente, ele existe pelo menos desde a década de 60, a partir dos trabalhos de Josué de Castro. Entretanto, mesmo com décadas de estudo e discussões sobre a temática, o país ainda se defronta com obstáculos para a garantia da segurança alimentar da população, com uma corrosão desse indicador no período pós 2013, graças ao desmantelamento de políticas de combate à fome e a miséria estabelecidos nos anos 2000. Dessa forma, o presente trabalho investiga o comportamento da segurança alimentar e nutricional de 2004 a 2013 na região Sul, utilizando os microdados das PNAD's de 2004, 2009 e 2013, e discriminando por tipo de famílias, podendo ser empregadores, contas-próprias, empregados e não ocupados. Além disso, o trabalho também promove um enfoque sobre os agricultores familiares, discutindo seu processo de formação na região e destacando como eles se diferenciam dos seus pares das outras partes do país. Como hipótese inicial, acredita-se que o comportamento da segurança alimentar apresenta uma evolução distinta entre as 4 categorias em decorrência da influência de elementos como a renda *per capita* e tipo de atividade na incidência de InSAN. Diante dos resultados, o que se observa é uma confirmação dessa hipótese, com uma proeminência das famílias de empregadores quando comparadas com as outras famílias, apresentando cerca de 10 p.p. a mais de SAN do que a média de contas próprias, empregados e não ocupados.

Palavras-chave: segurança alimentar; região sul; agricultura familiar; fome.

ABSTRACT

The debate on hunger in Brazil is not something recent; it has existed at least since the 1960s, starting with the works of Josué de Castro. However, even after decades of study and discussions on the subject, the country still faces obstacles to ensuring the food security of the population, with a deterioration of this indicator in the post-2013 period, due to the dismantling of policies to combat hunger and poverty established in the 2000s. Thus, the present study investigates the behavior of the dietary pattern from 2004 to 2013 in the Southern region, using the microdata from the PNADs of 2004, 2009, and 2013, and classifying by type of families, which may be employers, self-employed, employees, and the unemployed. In addition, the study also focuses on family farmers, discussing their development process in the region and highlighting how they differ from their peers in other parts of the country. As an initial hypothesis, it is believed that the behavior of food security shows a distinct evolution among the four categories as a result of the influence of elements such as *per capita* income and type of activity on the incidence of food insecurity. Based on the results, what is observed is a confirmation of this hypothesis, with the predominance of employer families when compared to the other families, presenting about 10 p.p. more food security than the average of the self-employed, employees, and unemployed.

Keywords: food security; southern region; family farming; hunger.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários, área total e média dos diferentes tipos de agricultura do Brasil – 2006.....	13
Tabela 2 - Número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários do Brasil por tipos de agricultura – 2006	14
Tabela 3 - Participação da agricultura familiar e não familiar no Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária brasileira – 2006	14
Tabela 4 - Número de estabelecimentos dos distintos grupos de agricultores familiares do Brasil – 2006	17
Tabela 5 - Distribuição dos estabelecimentos dos distintos grupos de agricultores familiares segundo as regiões do Brasil – 2006	18
Tabela 6 - Evolução do percentual de domicílios com SAN e o crescimento entre os períodos, Brasil – rural e urbano (2004 a 2013).....	31
Tabela 7 - Evolução da SAN no Brasil por tipo de famílias considerando a natureza das atividades no meio rural – (2004-2013)	33
Tabela 8 – Número e percentual de famílias em InSAN leve, em relação ao total de famílias de cada tipo, Brasil – rural e urbano (2004 a 2013)	34
Tabela 9 - Número e percentual de famílias em InSAN moderada, em relação ao total de famílias de cada tipo, Brasil – rural e urbano (2004 a 2013).....	36
Tabela 10 - Número e percentual de famílias em InSAN grave, em relação ao total de famílias de cada tipo, Brasil – rural e urbano (2004 a 2013)	38
Tabela 11 - Presença do cooperativismo na agricultura brasileira (2006 e 2017).....	45
Tabela 12 - Renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento em relação às outras rendas obtidas pelo produtor na macrorregião Sul do Brasil (2017)	46
Tabela 13 - Evolução da SAN entre os diferentes tipos de famílias do Sul - rural e urbano (2004-2013).....	48
Tabela 14 - Evolução do percentual de famílias agrícolas, pluriativas e não agrícolas em SAN no rural do Sul (2004-2013)	49
Tabela 15 - Evolução da InSAN leve entre os diferentes tipos de famílias do Sul - rural e urbano (2004-2013)	52
Tabela 16 - Evolução da InSAN moderada entre os diferentes tipos de famílias do Sul - rural e urbano (2004-2013).....	54

Tabela 17 - Evolução da InSAN grave entre os diferentes tipos de famílias do Sul - rural e urbano (2004-2013).....	56
Tabela 18 - Evolução do panorama alimentar entre os diferentes tipos de famílias do Sul e do Centro-Oeste (2004-2013).....	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos recursos programados do crédito rural por tipos de agricultura no Brasil – Safras 2003/2004 a 2015/2016 (em %)	8
Gráfico 2 - Valor médio das transferências do PBF por família nos registros administrativos e nas pesquisas domiciliares (R\$ 2018) – Brasil, 2001/2017	26
Gráfico 3 - Taxas de pobreza com e sem as transferências do PBF para a linha de pobreza de R\$ 89 <i>per capita</i> em reais de 2018 (%) – Brasil, 2001/2017	26
Gráfico 4 - Taxas de pobreza com e sem as transferências do PBF para para a linha de pobreza de R\$ 178 <i>per capita</i> em reais de 2018 (%) – Brasil, 2001/2017	27
Gráfico 5 - Comportamento da SAN e das InSAN's leve, moderada e grave no Brasil entre 2004 e 2022	28
Gráfico 6 - Evolução do panorama alimentar agregado nos domicílios do Sul e do Centro-Oeste (2004-2013)	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Categorização dos agricultores familiares segundo critérios estabelecidos pelo Pronaf	16
Quadro 2 - Fatores que afetam a probabilidade de insegurança alimentar segundo a literatura da área.....	21

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 - As raízes da fome	4
1.1. Um olhar para o rural.....	6
1.2. Pluriatividade e suas manifestações	10
1.3. Heterogeneidade da agricultura familiar	13
1.4. Insegurança Alimentar.....	19
Capítulo 2 - Os impactos contemporâneos de um problema histórico	23
2.1. A SAN no Brasil: Da apoteose ao declínio.....	23
2.2. Comportamento geral da SAN por grupo familiar	29
2.2.1. Delimitação dos grupos de Interesse.....	29
2.2.2. O comportamento da SAN no Brasil.....	30
2.2.3. O comportamento da InSAN leve no Brasil.....	34
2.2.4. O comportamento da InSAN moderada no Brasil	36
2.2.5. O comportamento da InSAN grave no Brasil	38
Capítulo 3 - Análise regional: O comportamento da SAN no Sul do Brasil.....	41
3.1. Contextualização histórica e estrutural da região Sul	41
3.1.1. Formação socioeconômica da região Sul	41
3.1.2. A importância do cooperativismo na agricultura familiar	43
3.2. Evolução da segurança alimentar dos grupos familiares na região Sul do Brasil	47
3.2.1. Evolução da InSAN leve nos grupos familiares na região Sul do Brasil	51
3.2.2. Evolução da InSAN moderada nos grupos familiares na região Sul do Brasil.....	53
3.2.3. Evolução da InSAN grave nos grupos familiares na região Sul do Brasil.....	55
3.3. Comparação do panorama alimentar da região Sul e da região Centro-Oeste	57
Conclusões finais.....	63
Referências	65

Introdução

A presente pesquisa se aprofunda na evolução do panorama da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos diferentes grupos familiares na região Sul do Brasil, no período de 2004 a 2013, com ênfase na agricultura familiar. A temática se mostra relevante dada a piora nos indicadores de SAN nos últimos anos¹, evidenciando que, apesar da melhora observada durante os anos 2000, o país não foi capaz de romper com os motores da desigualdade que condenam parte da nossa população à miséria. Nesse sentido, compreender como cada tipo de grupo familiar se comportou durante o período delimitado é essencial para a adoção de medidas eficazes e que sejam de fato estruturais. Desse modo, a pesquisa buscou analisar o comportamento da SAN abordando aspectos como o subdesenvolvimento, desenvolvimento rural, políticas públicas voltadas ao combate à fome e agricultura familiar.

Logo, o presente trabalho buscou responder à seguinte questão: a evolução da SAN no Brasil e na região Sul entre 2004 e 2013 ocorreu de forma homogênea entre os diferentes tipos de famílias, ou foram observadas disparidades significativas entre elas? Nesse contexto, o objetivo geral consiste em analisar a dinâmica da SAN ao longo do período, identificando padrões de variação entre os distintos grupos familiares e verificando em que medida esses comportamentos se relacionam às características estruturais e socioeconômicas de cada grupo. Parte-se da hipótese de que o comportamento dos níveis de segurança e insegurança alimentar não se deu de maneira uniforme, refletindo as desigualdades históricas e regionais que marcam o desenvolvimento rural e a inserção dos diferentes tipos de famílias na estrutura produtiva. Já como objetivos específicos, a pesquisa primeiramente fez uma revisão de literatura da discussão sobre insegurança alimentar (InSAN), além de avaliar a evolução da SAN na região Sul e levantou, dentro da literatura existente, possíveis explicações para os resultados encontrados. Ademais, para compreender se o comportamento encontrado na região analisada difere-se de outras áreas do país, foi feita uma comparação da região Sul com os resultados já existentes sobre a região Centro-Oeste.

Vale destacar que o recorte temporal do trabalho fundamenta-se em dois eixos centrais: as limitações metodológicas impostas pela disponibilidade dos dados e as particularidades da conjuntura político-econômica do período. Do ponto de vista metodológico, a delimitação decorre do fato de que apenas nas PNADs desses anos foi incorporado o módulo da Escala

¹ Em 2023 observou-se uma melhora nos padrões de SAN no país, voltando para níveis próximos de 2013. Entretanto, por se tratar de mudanças tão recentes não é possível apontar algo sobre a estabilidade dessa melhora.

Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), permitindo a mensuração da segurança alimentar com recorte por grupos familiares. Embora a temática tenha voltado a ser abordada em levantamentos posteriores, esses bancos de dados não disponibilizam informações desagregadas por grupos familiares, elemento indispensável para a análise proposta neste estudo. Sob a perspectiva político-econômica, o recorte contempla um período em que o Estado brasileiro implementou um conjunto consistente de políticas de combate à fome e à pobreza, com destaque para os dois primeiros mandatos do governo Lula (2003–2006 e 2007–2010), marcados pela expansão de programas sociais e pela valorização da agricultura familiar.

Além disso, a opção por concentrar a análise na região Sul do Brasil justifica-se por suas particularidades socioeconômicas e produtivas. Trata-se de uma das regiões com maiores níveis de renda per capita e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, o que a posiciona historicamente entre as áreas de maior dinamismo econômico e social. Essa condição, contudo, não elimina a presença de desigualdades internas, tornando pertinente investigar como a segurança alimentar se manifesta em um contexto de relativo desenvolvimento. Além disso, a agricultura familiar sulista apresenta características singulares, resultantes de um processo histórico marcado pela colonização europeia, pela estrutura fundiária mais equilibrada e pela forte presença do cooperativismo rural. Esses fatores conferem à agricultura familiar da região um papel central na produção de alimentos e na organização das comunidades locais, distinguindo-a de outras realidades do país. Dessa forma, a escolha da região Sul permite compreender como um ambiente de maior prosperidade econômica e de agricultura familiar consolidada se relaciona com os níveis de SAN, contribuindo para uma análise mais abrangente das desigualdades alimentares no território brasileiro.

No que tange a metodologia, a monografia se utiliza de diferentes métodos de procedimento. O primeiro deles é o método histórico, que busca investigar os condicionantes históricos como uma forma de explicar os fenômenos contemporâneos, ou seja, a compreensão da estrutura histórica, econômica e política é fundamental para uma visão multifacetada do objeto de análise. Esse método de procedimento se aplica no âmbito do trabalho graças a necessidade de análise da formação econômica da região Sul, pois o processo de formação de uma localidade explica em grande parte seu atual panorama alimentar. O segundo tipo de procedimento adotado foi o método comparativo, que “realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências” Marconi e Lakatos (2003, p. 107). Esse procedimento se justifica uma vez que os resultados encontrados para os grupos familiares da região Sul serão comparados aos encontrados por Xavier (2024) para a região Centro-Oeste. Dessa maneira, buscou-se entender como a estrutura econômica de duas macrorregiões se

refletem nos indicadores alimentares dessas localidades. Por último, o trabalho utiliza do método estatístico, uma vez que ele possibilita uma descrição quantitativa de fenômenos sociais para uma explicação de suas dinâmicas internas (Marconi e Lakatos, 2003). Nesse sentido, a pesquisa utilizou os microdados disponibilizados pelas PNAD's dos anos de 2004, 2009 e 2013, para extrair informações acerca do panorama alimentar na região sul, sistematizando dados e tabelas para melhor visualização dos resultados.

Sobre a estrutura do trabalho, no primeiro capítulo foi feita uma breve discussão acerca do debate teórico sobre a fome e suas raízes históricas, passando por uma exposição sobre a dicotomia entre agricultura familiar e não familiar, pela questão da pluriatividade e as suas diferentes manifestações e também pela caracterização dos agricultores familiares da região Sul. Por fim, pretende-se expor os conceitos de SAN e InSAN que serão utilizados no resto do trabalho, bem como os aspectos metodológicos por trás desse indicador. Nesse capítulo o trabalho se alicerça nas obras de Castro (2005), Aquino, Gazolla e Schneider (2018), Silva (1999), entre outros.

O segundo capítulo se utilizou de dados para desenhar o panorama da segurança alimentar nacional. Nesse sentido, no primeiro ponto foi feita uma discussão sobre o período analisado abarcando as políticas econômicas e programas sociais de combate à fome implementadas, bem como o sucateamento dessas medidas e a piora nos indicadores de segurança alimentar do país nos anos subsequentes. Em seguida, a pesquisa apresentou os dados sobre a SAN por grupo familiar a nível nacional, destrinchando entre âmbito rural e urbano. Nessa fase o trabalho baseou-se nas discussões propostas por Xavier (2024), além de utilizar os microdados das PNAD's de 2004, 2009 e 2013, para expandir a discussão para a agricultura familiar.

Ademais, o terceiro capítulo constitui-se propriamente da contribuição do trabalho para a literatura. É nessa seção que tratamos sobre a SAN e a InSAN especificamente na região Sul, a partir da taxonomia dos grupos familiares proposto pelo projeto RURBANO. Além disso, o capítulo também aborda uma contextualização da formação econômica da região, de forma a inserir os dados encontrados dentro de uma dinâmica mais complexa. Por fim, foi feita uma comparação entre os resultados encontrados pela pesquisa e os disponíveis sobre a região Centro-Oeste como uma forma de observar se as dinâmicas regionais proporcionam grandes discrepâncias entre os grupos, e, caso proporcionem, elencar possíveis determinantes para essas diferenças.

Capítulo 1 - As raízes da fome

As discussões sobre fome e miséria alimentar permeiam o debate político brasileiro há várias décadas, revelando as diferentes percepções sobre os óbices que afetam o nosso país. Até os anos 60, o entendimento era de que a fome se tratava de um déficit momentâneo de nutrientes, fruto de uma baixa produção de alimentos no país. Entretanto, a partir de 1940, tendo como marco inicial os estudos de Josué de Castro, a fome passa a ser compreendida como um estado duradouro de insuficiência alimentar, possuindo como raízes principais o processo de formação brasileiro, que foi marcado por uma profunda exploração econômica e desigualdade social (Castro, 2005). Dessa forma, a partir dos trabalhos de Castro, o debate sobre a fome ganha contornos políticos, econômicos e sociais, em que a solução para o problema enfrentado se daria apenas a partir de mudanças estruturais, pois como dito pelo autor “A fome não é mais do que uma expressão – a mais negra e a mais trágica expressão do subdesenvolvimento econômico” (Castro, 2005, p. 291).

Dessa forma, a discussão proposta por Castro (2005) vai de encontro com a visão dominante na metade do século XX, de que a fome seria um fenômeno natural, e por consequência, incontornável. Nesse sentido, o autor desenvolve seus estudos com base no entendimento de que a miséria seria um fenômeno social, que se origina a partir de processos econômicos e que pode ser evitado ou intensificado por outros elementos. A partir disso, Rezende (2003) discorre sobre a dicotomia nas discussões presentes em Malthus (1996) e Castro (2005), onde o primeiro autor aponta que o quadro de fome encontrado em alguns países acontece graças a um crescimento acelerado do nível populacional que gera uma escassez de alimentos, em decorrência da pressão sobre os recursos disponíveis. Porém, Castro (2005) diverge dessa visão ao indicar que cenários de miséria podem acontecer mesmo sem a presença de uma explosão demográfica, além de que, para o autor, o capitalismo moderno já alcançou um nível tecnológico que possibilitaria uma produção de alimentos suficiente para todos os indivíduos. Desse modo, as causas da não alimentação não seriam o nível de natalidade e mortalidade ou a falta de capacidade produtiva de alimentos, mas sim a estrutura social que não coloca o combate à miséria em primeiro plano, perpetuando um cenário de desigualdade que incapacita os indivíduos a adquirirem os recursos necessários para a sua sobrevivência (Rezende, 2003).

A crítica de Castro à teoria malthusiana vem aliada a uma defesa da atuação ativa do Estado e da sociedade civil, pois, já que a fome e a miséria não são características idiossincráticas das regiões que são afetadas por esse cenário, faz-se necessário a

implementação de medidas de combate a esse panorama. Dessa forma, o aspecto transformador das obras de Castro, conforme demonstrado por Rezende (2003), reside justamente nesse combate ao fatalismo e a inércia generalizada que contaminava os governos do mundo todo na metade do século XX, evidenciando o papel da escolha política e da estrutura econômica na perpetuação do problema da fome. Exemplos claros da importância desses fatores são dados em Castro (2005), no qual o autor demonstra que a miséria no Nordeste açucareiro, até metade do século XX, é fruto da estrutura de grande latifúndio que se especializa na produção de cana-de-açúcar em detrimento dos bens de subsistência. Ou então que o ciclo da borracha na Amazônia gerou um quadro de desnutrição na população em decorrência do ímpeto mercadológico, que colocava a necessidade de exploração de um produto em alta no mercado frente às necessidades de planejamento e bem-estar social.

Outra herança do passado de exploração dos países subdesenvolvidos é a grande concentração fundiária dessas regiões. Segundo o relatório Terra, Poder e Desigualdade na América Latina feito pela OXFAM (2016), 1% das fazendas ou estabelecimentos rurais na América Latina concentra mais da metade de toda a superfície agrícola da região. Esses dados evidenciam o fortalecimento de um modelo vigente desde os primórdios da exploração latino-americana, de incentivo a grandes latifúndios voltados para a exportação, em detrimento de pequenas propriedades que seriam vitais para atender a demanda interna. Ademais, quando observamos especificamente o cenário brasileiro a situação não se altera muito, já que 1% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil concentram 45% da área rural do país. Segundo esse mesmo relatório, a dinâmica fundiária brasileira mantém-se praticamente inalterada com o passar dos anos, evidenciando a baixa mobilidade do perfil fundiário do país, ilustrada pela piora do índice de Gini de concentração de terra ao longo dos anos, saindo de 0,857 em 1985 e chegando a 0,872 em 2006 (OXFAM, 2016).

Outro ponto a se destacar é a íntima relação entre subdesenvolvimento e fome apontada por Josué de Castro. Segundo o autor, a miséria presente nos países sul-americanos é fruto do passado colonial e mercantil, que através de diversos ciclos econômicos como o da cana-de-açúcar, do café e o da borracha, perpetuou uma dinâmica de exploração da terra com foco no mercado externo e de concentração dos recursos fundiários. Essa configuração gerou um longo processo de domínio econômico e político dos grandes proprietários, minando as possibilidades de versatilidade e policultura dentro da agricultura. Dessa forma, Castro aponta que a exploração colonial e a manutenção de uma estrutura baseada nos grandes latifúndios seriam, por si só, um entrave para o progresso social. A partir disso, trabalhos como Rezende (2004), que se alicerçam nas ideias lançadas por Castro, entendem que a superação da nossa condição

de subdesenvolvimento passa por reformas na estrutura fundiária com o objetivo de superar o arcaísmo latifundiário do período colonial.

Nesse sentido, Castro também dialoga com as ideias vigentes no seu tempo sobre como superar o subdesenvolvimento. Um exemplo disso é abordado por Rezende (2003), ao apontar que Castro (1968) não possuía uma crença absoluta na industrialização como alguns de seus contemporâneos, já que para ele o crescimento não causaria sozinho o fim da miséria alimentar. Isso acontece pois, dada as condições de desenvolvimento dos países periféricos, seria necessário não só um investimento na indústria, mas também na agricultura a fim de aumentar sua produtividade e renda, além de promover uma reforma agrária. Entretanto, é lícito salientar que esse ceticismo quanto ao papel da industrialização não torna o autor contra a indústria, na verdade, o autor defendia que o desenvolvimento industrial deveria ser guiado pelo Estado, com o objetivo de criar bases sólidas para o progresso social.

Nesse sentido, o teórico entende que uma economia preocupada com o bem-estar geral deveria buscar uma indústria forte, alicerçada em uma agricultura moderna e eficiente, para que fosse possível não só a produção, mas também o acesso a bens de primeira necessidade, rompendo com uma estrutura de monocultura e de latifúndios improdutivos (Rezende, 2004 apud Castro, 1968). Portanto, a superação da miséria alimentar brasileira passa pelo rompimento da nossa condição de país periférico, visto que a fome e subdesenvolvimento estão intimamente relacionados, não havendo outro caminho para lutar contra a fome, senão o da emancipação econômica e o da elevação dos níveis de produtividade (Castro, 1968).

1.1.Um olhar para o rural

Conforme debatido na seção anterior, a problemática da miséria alimentar não deve ser vista de maneira isolada, mas sim a partir de sua complexidade, considerando seus aspectos geográficos, políticos e econômicos. Por isso, faz-se necessário a inserção da temática da fome dentro do contexto de interesse do trabalho, que são os agricultores familiares, perpassando pelas suas especificidades e os inserindo dentro da dinâmica vigente. Essa contextualização será por meio da discussão acerca da temática do desenvolvimento rural e os seus desdobramentos, abarcando seu processo de formação histórico e os reflexos contemporâneos.

Nesse sentido, Silva (2001) discorre sobre o chamado “novo rural brasileiro”, que tem sua consolidação pós-1980 a partir de um processo de modernização conservadora da base tecnológica da agricultura, que serviu como um instrumento de combate a escassez de oferta de alimentos enfrentado na metade do século XX. Esse processo faz surgir uma nova dinâmica

econômica em que as diferenças entre o rural e o urbano vão se arrefecendo, graças ao aumento do mercado de trabalho rural oriundo do surgimento de novas ocupações não-agrícolas. Além disso, Silva aponta que o rural deixa de ser visto como a contraparte atrasada dos centros urbanos e passa a ocupar um papel de maior destaque por meio da diversificação das suas atividades, já que a agricultura deixa de ser o cerne desse meio e passa a ser um dos pilares do que viria a ser conhecido como Complexos Agroindustriais.

Desse modo, conforme exposto por Silva (2001), esse novo rural seria composto por três componentes principais. O primeiro seria a agropecuária moderna, que passaria a contar com máquinas e equipamentos de alta tecnologia no processo produtivo. Em seguida, temos atividades não-agrícolas ligadas principalmente aos serviços e a indústria. E por último, novas atividades rurais ligadas a nichos de mercado específicos. Entretanto, mesmo com as mudanças supracitadas, o autor destaca que essa nova ruralidade ainda guarda desigualdades, estando ela personificada na figura dos “sem-sem”, indivíduos que não possuem renda, terra ou organização social entre eles.

Outrossim, é lícito destacar que o processo de modernização afetou negativamente os produtores familiares ao estabelecer um circuito econômico excludente que privilegiava os grandes produtores, principalmente do Sul e Sudeste, em detrimento das pequenas propriedades. Nesse sentido, Aquino, Teixeira e Tonneau (2004) apontam que o escanteamento da agricultura familiar na década de 60 é reflexo de um processo que se inicia ainda no século XIX, pois ao promulgar a Lei de Terras, o governo brasileiro, influenciado pelas oligarquias rurais, faz uma escolha política pela grande propriedade, definindo que a orientação do desenvolvimento rural no país seria alicerçada na dinâmica patronal e de assalariamento (Aquino, Teixeira e Tonneau, 2004). Desse modo, o desenvolvimento agrário e fundiário do Brasil se desdobrou de forma a promover o fortalecimento e a manutenção da grande propriedade, garantindo a sua modernização e perpetuação ao longo do tempo.

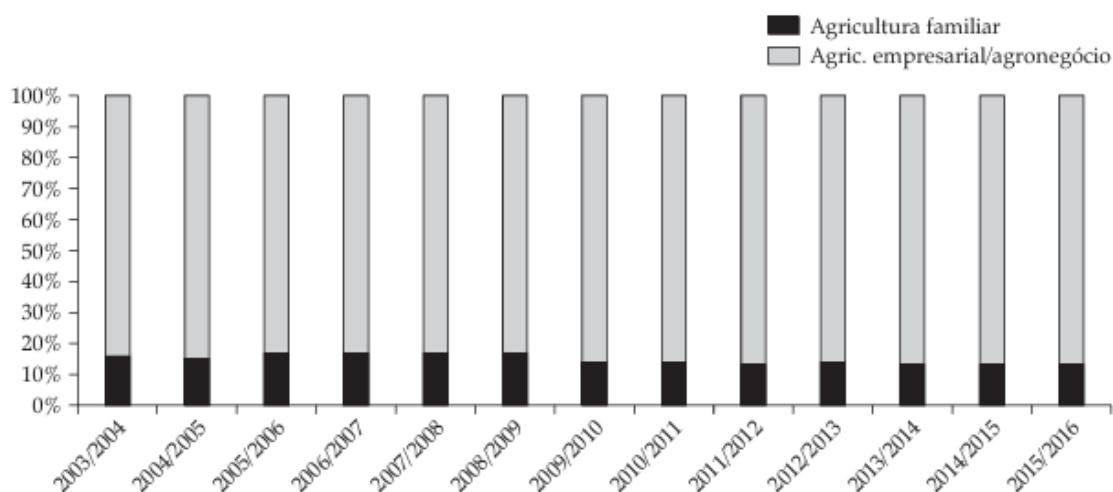
A partir desse contexto, percebe-se que “a agricultura familiar brasileira, enquanto forma social específica de produção, foi um setor historicamente bloqueado” (Aquino, Teixeira e Tonneau, 2004, p. 4). Essa caracterização parte de uma conceituação da agricultura familiar feita por Lamarche (1998), que categoriza esses produtores em três grandes grupos com base em suas ambições, ou modelos ideais, para sua propriedade. O primeiro grupo consiste nos agricultores que possuem como objetivo central não a reprodução da propriedade, mas a reprodução do núcleo familiar. Esse é o chamado modelo familiar. Já o segundo grupo tem como ambição principal a subsistência da família e compõem o chamado modelo subsistência. Por último, temos o conjunto dos agricultores cuja ambição, ou modelo ideal, baseia-se na

organização racional dos fatores produtivos para a obtenção do maior ganho possível, sendo chamado por Lamarche de modelo de empreendimento agrícola. A partir dessa classificação, os autores concluem que a agricultura familiar é uma classe heterogênea, englobando uma ampla gama de diferentes tipos de produtores, que variam a depender de aspectos econômicos, sociais, políticos, entre outros. Nesse sentido, a capacidade de cada produtor alcançar ou não seu modelo ideal, dependerá de suas condições objetivas (como capacidade de financiamento, clima da região, nível de instrução dos trabalhadores, presença de maquinário) e subjetivas (posicionamento das instituições políticas, contexto cultural, entre outros).

É a partir desse panorama que surge a noção de bloqueio dos agricultores familiares. Esse fenômeno consiste basicamente na incapacidade das famílias de alcançar o modelo ideal almejado, graças aos baixos recursos e exíguas fontes de financiamento, que se reflete na incapacidade de se realizar novos investimentos na expansão da produção e obtenção de máquinas e equipamentos para melhoria da produtividade. Isso acaba gerando um cenário de precariedade do bem-estar dos agricultores frente aos grandes proprietários, que não possuem barreiras institucionais para o desenvolvimento de suas atividades (Aquino, Teixeira e Tonneau, 2004).

Esse panorama fica claro ao observarmos os dados apresentados por Aquino, Gazolla e Schneider (2018) sobre a disponibilização de crédito rural para a agricultura empresarial e a familiar.

Gráfico 1 - Distribuição dos recursos programados do crédito rural por tipos de agricultura no Brasil – Safras 2003/2004 a 2015/2016 (em %)



Fonte: Aquino, Gazolla, Schneider (2018)

A partir do Gráfico 1, percebe-se a tendência estrutural de destinação de crédito para as grandes propriedades, com cerca de 85% dos recursos sendo destinados para a produção empresarial ou de latifúndio e 15% para os produtores familiares. Esse cenário evidencia o panorama de bloqueio aos pequenos agricultores que tem como grande obstáculo para o seu desenvolvimento o acesso a recursos de financiamento.

Nesse sentido, graças a esse contexto de fortalecimento do latifúndio, bloqueio dos agricultores familiares e dificuldade do meio agrícola em absorver os trabalhadores disponíveis, surge a noção de pluriatividade, que diz respeito a famílias que desempenham atividades agrícolas e não-agrícolas na formação da sua renda. Dessa forma, Silva (1999) aponta que, no Brasil, essa pluriatividade não é resultado de um crescimento da produtividade como nos países desenvolvidos, mas sim, fruto da perda de renda agrícola oriunda da dificuldade de inserção no mercado, aumento dos custos de produção, entre outros fatores. Logo, torna-se claro que, para o autor, a diversificação das atividades das famílias agrícolas pode ser entendida como uma tática de sobrevivência e busca por subsistência, e não como uma estratégia puramente mercadológica. Na próxima seção será abordado melhor as diferentes perspectivas sobre a pluriatividade e a sua importância para a agricultura familiar no país.

Diante disso, Conterato (2008) destaca duas consequências da pobreza sobre o desenvolvimento local apontadas por Silva (2001). A primeira delas seria a baixa dinamicidade dos gastos de consumo dos indivíduos mais pobres, uma vez que seus recursos seriam destinados para bens de consumo com reduzidas capacidades de transbordamento e consequentemente baixa promoção de geração de emprego e renda. O segundo elemento seria a limitação da capacidade de absorção dos mercados, em decorrência do baixo nível de renda média da população. Portanto, para o autor, a melhor estratégia para o desenvolvimento rural seria o aumento da renda do país como um todo, pois quem determina a capacidade de demanda por produtos e serviços é a capacidade de consumo da população. Ademais, nessa perspectiva, a diversidade agropecuária seria algo de menor importância, pois ficaria restrita a nichos de mercado de maior renda, trazendo pouco incremento aos rendimentos das famílias agrícolas que dependem dos mercados locais de trabalho (Conterato, 2008).

Em seguida, o autor também sistematiza os pensamentos de Veiga (2001a, 2001b), e Abramovay (2001, 2003), apontando que, para os autores, os níveis de emprego e renda na agricultura familiar estariam relacionados a forma como esses grupos se inserem na dinâmica econômica local. Isso significa que esses agricultores, por meio de sua capacidade inovadora, influenciariam diretamente na diversificação social e produtiva das regiões rurais. Entretanto, a presença desses agricultores não seria uma condição suficiente para a criação de dinamismo,

logo, seria necessário a criação de condições mínimas de comunicações, serviços e de fomento ao empreendedorismo.

1.2.Pluriatividade e suas manifestações

Retornando ao debate sobre a questão da pluriatividade, temos que essa temática ainda é motivo de debate dentro da literatura sobre desenvolvimento rural, onde diferentes autores vão atribuir origens distintas para esse processo e consequentemente impactos divergentes entre si. Nesse sentido, Conterato (2008) faz uma revisão de literatura sistematizando as diferentes correntes teóricas presentes nessa discussão.

A primeira delas, já apresentada anteriormente, é defendida por Silva (1999), que argumenta que a diversificação das atividades das famílias agrícolas é fruto da redução dos seus rendimentos e do crescimento dos custos de produção. Dessa forma, os agricultores se defrontam com um cenário de perda de renda e de dependência à dinâmica de preços internacionais. Uma outra abordagem é proposta por Schneider (1999), que advoga que o crescimento da pluriatividade pode ser explicado pela dinâmica do mercado de trabalho não-agrícola, uma vez que pós-1980, tem-se observado uma certa descentralização industrial com a fixação de empreendimentos em áreas não urbanas. Isso gerou um aumento da oferta de trabalho em atividades não-agrícolas, atraindo os agricultores ociosos presentes nesses espaços rurais. Uma outra perspectiva enxerga a pluriatividade como uma alternativa de controle de fluxos migratórios. Nesse sentido, Perondi (2007) aponta que a migração de pessoas do rural para o urbano é fruto da adoção de atividades pouco intensivas em trabalho, como nas regiões produtoras de grãos. Logo, essa mescla de atividades agrícolas e não-agrícolas tem permitido a utilização de mão-de-obra ociosa e a permanência desses indivíduos no meio rural.

Outrossim, apesar da pluriatividade em grande parte das vezes ser fruto de um cenário econômico ruim para os agricultores, é lícito destacarmos as suas potencialidades para esses indivíduos. Um exemplo disso é a possibilidade de elevação e estabilização da renda, pois a prática de atividades não-agrícolas pode servir como complemento para os rendimentos oriundos de outras produções, além de não serem dependentes de fatores como clima, fertilidade da safra, sazonalidade, entre outros. Dessa forma, a pluriatividade pode ser um meio de amenizar as variações de bem-estar desses grupos de agricultores, elevando a sua qualidade de vida. Para além disso, a interação entre os dois tipos de atividades também cria possibilidades de alocação da mão-de-obra que antes estava ociosa, em decorrência da produção de

commodities pouco intensivas em trabalho. Logo, esse processo afeta positivamente os mercados locais, aquecendo à dinâmica econômica da região (Silva, 1999).

A partir do exposto, torna-se claro que a pluriatividade não se trata de um conceito estático e homogêneo, mas sim de um processo multifacetado e que possui diversas dinâmicas. A partir disso, Schneider (2009, p. 7) afirma que “[...] não existe um único tipo de pluriatividade e que sua variação decorre dos próprios fatores que estimulam o seu aparecimento”, logo, para compreender as diferentes vertentes desse conceito, torna-se necessário o entendimento dos condicionantes internos à unidade familiar e o contexto no qual a sua atividade produtiva se desenvolve. Dessa forma, o autor elabora uma tipologia que divide a pluriatividade em quatro grandes grupos: tradicional (ou camponesa), intersetorial, de base agrária e pára-agrícola.

Dessa forma, o primeiro grupo é formado por famílias em que a pluriatividade é vista como um modo de vida, aproximando-se daquelas observadas nas chamadas sociedades camponesas. Nesse grupo a produção é voltada, basicamente, para o autoconsumo com pouca relação com a dinâmica de mercado. Suas atividades são ligadas à produção, transformação e artesanato, com as atividades não-agrícolas sendo compostas pela confecção de equipamentos e ferramentas para uso próprio. Desse modo, esse grupo se distingue dos demais pelo seu afastamento da dinâmica de mercantilização e modo de organizar a produção (Schneider, 2009).

Por outro lado, a pluriatividade intersetorial surge graças a um processo de encadeamento e dependência da agricultura em relação à indústria e ao comércio. Nesse sentido, Schneider (2009) aponta que esse tipo específico de pluriatividade é influenciado por duas tendências macroeconômicas recentes: a descentralização e a rurbanização. O primeiro elemento diz respeito ao deslocamento de empresas para o meio rural em busca de uma mão de obra mais barata, fortalecendo de certa forma os mercados locais. Já a rurbanização consiste no arrefecimento das diferenças entre rural e urbano, alterando a dinâmica das áreas rurais por meio da valorização imobiliária e crescimento da prestação de serviços. Dessa forma, o autor conclui que, graças aos elementos supracitados, “os mercados de trabalho rural e urbano vão se homogeneizando e a pluriatividade das famílias torna-se a característica mais saliente deste processo” (Schneider, 2009, p. 9).

Em seguida, tem-se a pluriatividade de base agrária, que emerge a partir dos desdobramentos da própria agricultura que nos últimos anos observou um aumento da demanda por serviços e atividades não-agrícolas. Desse modo, segundo Schneider, essa categoria surge através da terceirização de processos produtivos, gerando uma lógica de subcontratação, aluguel de máquinas e a externalização de etapas que antes eram realizadas dentro de cada propriedade. Além disso, o autor também expõe que essa dinâmica acaba coincidindo “[...] com

a organização e gestão do setor no esquema de cadeias que integram a produção, o beneficiamento, a distribuição e a comercialização” (Schneider, 2009, p. 9). Ademais, o autor também aponta 3 formas de manifestação desse tipo de pluriatividade. A primeira está relacionada aos trabalhadores que desempenham atividades agrícolas, mas também prestam serviços para outras propriedades, como o manuseio de máquinas e equipamentos para colheita e plantio. Em seguida temos a pluriatividade via contratação assalariada, que ocorre quando trabalhadores de famílias agrícolas são contratados para desempenharem funções como processamento, beneficiamento, armazenagem, entre outros. Por último, observa-se a atuação em atividades não-agrícolas via informalidade, que é um desdobramento da precariedade dos postos de trabalho no meio rural, oriunda de fatores como a sazonalidade dos processos de produção (Schneider, 2009).

Por último, temos a pluriatividade pára-agrícola, que é aquela que ocorre em decorrência da transformação, beneficiamento ou processamento de produtos adquiridos dentro ou fora da propriedade familiar. Dessa forma, pode-se entender a categoria pára-agrícola como um desdobramento da lógica de autoconsumo, já que agora a produção desses agricultores supera a sua necessidade de subsistência. Nesse sentido, o autor aponta que

“À medida que este tipo de produção cresce e começa a ocupar espaços fora do âmbito doméstico, ela se torna uma atividade independente, inaugurando uma nova jornada de trabalho e rotinas diferenciadas, sendo possível afirmar que surge uma nova atividade ou outra ocupação que, combinada com a agricultura como atividade principal, gera a pluriatividade” (Schneider, 2009, p. 11).

Ademais, Schneider conclui que essa categoria tende a estar mais presente em áreas onde os mercados não-agrícolas intersetoriais, como os citados anteriormente, são mais frágeis, tendo como exemplos determinadas regiões dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Entretanto, Nascimento (2009) se contrapõe ao entendimento sobre pluriatividade vigente nos anos 2000. Para o autor, as discussões e análises sobre a temática eram baseados fundamentalmente em reflexões que analisavam o caso europeu, onde o Estado atuava fortemente para a proteção e fortalecimento do setor agrícola. Dessa forma, o autor aponta que embora o crescimento econômico em áreas rurais crie condições favoráveis ao surgimento de ocupações não agrícolas e, conseqüentemente, da pluriatividade, esse fator por si só não garante sua consolidação. Nascimento argumenta que a simples ampliação das oportunidades de trabalho fora da agricultura é condição necessária, mas insuficiente, para sustentar uma trajetória duradoura de pluriatividade. Para que esse processo se efetive, torna-se

imprescindível a intervenção estatal por meio de políticas que estimulem a permanência da população rural em atividades agrícolas, evitando o abandono do setor. Nesse sentido, a valorização da agricultura familiar aparece como elemento central, pois a dinâmica da pluriatividade depende, em grande medida, do comportamento da População Economicamente Ativa (PEA) agrícola, mais do que da disponibilidade de ocupações rurais não agrícolas (ORNA's) no entorno. Isso significa que o simples fortalecimento das ORNA's sem o devido incentivo às atividades agrícolas, causará uma transferência dos agricultores familiares para a condição de empregados e não de pluriativos, já que não estão dadas as condições materiais necessárias para a reprodução do lado agrícola de suas atividades.

1.3.Heterogeneidade da agricultura familiar

Conforme destacado anteriormente, o processo de desenvolvimento do meio rural favoreceu o fortalecimento das grandes propriedades em detrimento dos pequenos produtores. A partir disso, Aquino, Gazolla e Schneider (2018) apresentam estatísticas sobre a composição deste meio considerando a participação familiar e não-familiar. Para isso, foram considerados familiares os estabelecimentos que apresentassem i) área inferior a quatro módulos fiscais; ii) utilizassem predominantemente a mão de obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento; iii) tivessem a renda familiar predominantemente originada de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento; e iv) dirigissem o estabelecimento em conjunto com sua família (Aquino, Gazolla, Schneider, 2018).

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários, área total e média dos diferentes tipos de agricultura do Brasil – 2006

Tipos de agricultura	Estabelecimentos		Área total (ha)		Área média (ha)
	Número	%	Número	%	
Familiar	4.366.267	84,36	80.102.694	24,01	18
Não familiar	809.369	15,64	253.577.343	75,99	313
Total	5.175.636	100,00	333.680.037	100,00	64

Fonte: Aquino, Gazolla, Schneider (2018) a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006²

A partir da Tabela 1 é possível perceber que, no início do período de interesse do trabalho, havia uma predominância no número de estabelecimentos familiares que somavam

² A utilização dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e não o de 2017 ocorre pela proximidade da primeira pesquisa em relação ao período de análise. Como o trabalho investiga a evolução da SAN entre 2004 e 2013, o primeiro recenseamento citado captura melhor a conjuntura vigente no período.

mais de 4 milhões de propriedades ocupando 85% dos estabelecimentos totais. Por outro lado, os estabelecimentos não-familiares totalizavam por volta de 800 mil propriedades, o que corresponde a cerca de 15% do montante total. A partir desses dados torna-se clara a incoerência das relações fundiárias no Brasil, visto que, ao analisarmos a distribuição de terras, percebe-se que 15% das produções não familiares ocupam 75% da área agrícola total, ou seja, a maior parte da área agropecuária no Brasil funciona sob a lógica da grande propriedade. Esse cenário confirma que o que foi apontado pela OXFAM sobre a distribuição de terras nos países latino-americanos se confirma no caso brasileiro.

Tabela 2 - Número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários do Brasil por tipos de agricultura – 2006

Tipos de agricultura	Pessoal ocupado	%
Familiar	12.323.110	74,38
Não familiar	4.245.095	25,62
Total	16.568.205	100,00

Fonte: Aquino, Gazolla, Schneider (2018) a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006

Já a Tabela 2 traz dados sobre a mão de obra ocupada em cada tipo de agricultura. Desse modo, pode-se perceber que os estabelecimentos familiares são responsáveis por ocupar mais de 12 milhões de pessoas, o que corresponde a cerca de 75% dos trabalhadores agropecuários, enquanto os não familiares empregam em torno de 4 milhões, correspondendo a 25% da mão-de-obra do setor. Esses resultados são particularmente interessantes quando consideramos as informações da Tabela 1, uma vez que as unidades que ocupam a maior área agropecuária possuem a menor participação na empregabilidade, o que pode indicar a mecanização do processo produtivo e a adoção de técnicas pouco intensivas em trabalho quando comparada aos estabelecimentos familiares.

Ademais, os autores também demonstram a participação dos dois tipos de estabelecimentos no que tange a geração de riqueza, representado pelo Valor Bruto da Produção, conforme dados da tabela seguir:

Tabela 3 - Participação da agricultura familiar e não familiar no Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária brasileira – 2006

Tipos de agricultura	VBP (R\$ 1,00)	%
Familiar	54.494.117.490	33,23
Não familiar	109.492.176.940	66,77
Total	163.986.294.428	100,00

Fonte: Aquino, Gazolla, Schneider (2018)

A Tabela 3 revela que os estabelecimentos familiares foram responsáveis por gerar 33% do VBP no ano de 2006 enquanto os não familiares produziram os 66% restantes. Entretanto, essa informação ganha relevância quando consideramos a área ocupada por cada um desses grupos, já que as propriedades familiares geram um VBP superior à parcela de terra ocupada por eles, que é de aproximadamente de 25%. Isso demonstra que o setor familiar pode ser considerado mais eficiente do que o não-familiar³, já que mesmo com um grau de mecanização inferior e recursos financeiros mais restritos, esse grupo alcança uma participação de valor de produção superior a sua área total, o que não acontece quando analisamos as grandes propriedades.

Assim sendo, Aquino, Gazolla e Schneider (2018), apontam sobre como os dados supracitados nas Tabelas 1, 2 e 3 podem ser utilizados como estandartes de defesa para qualquer um dos grupos. Por um lado, os movimentos sociais e as organizações sindicais ligadas aos agricultores familiares, podem argumentar que os estabelecimentos que operam sob a ótica familiar são responsáveis por empregar a maior parte da mão de obra agropecuária, garantindo emprego e renda para milhões de indivíduos. Já os grandes proprietários de terras utilizam esses indicadores para demonstrar a sua maior importância no valor da produção agropecuária, gerando maior dinamicidade econômica e fortalecendo a geração de divisas graças às exportações dos seus produtos.

Desse modo, os dados apresentados são importantes para demonstrar a dicotomia entre os grupos familiares e não familiares, destacando o papel de cada categoria no meio rural brasileiro. Entretanto, essas informações não são suficientes para revelar os meandros dentro de um mesmo grupo, nesse caso, os agricultores familiares. Isso ocorre pois esses produtores não formam uma massa homogênea e uníssona, pelo contrário, eles compõem um conjunto bastante diverso que sofre influência de fatores como localidade, mercado local, disponibilidade de recursos, entre outros. Logo, seria uma falha considerar que todos esses indivíduos operam sob a mesma dinâmica econômica e produtiva.

A partir disso, faz-se necessário categorizar esses agricultores a fim de observar melhor as minúcias no comportamento de cada categoria ao longo do tempo. Essa divisão tem como base as diretrizes estabelecidas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

³ Poder-se-ia argumentar que os agricultores familiares seriam mais ineficientes quando consideramos a relação pessoal ocupado sobre VBP. Porém, Aquino, Gazolla e Schneider (2018) apontam, nas tabelas 6 e 7, que cerca de 70% da riqueza gerada por essa categoria advém de apenas 16% dos produtores. Nesse caso, a riqueza por trabalhador seria superior nos estabelecimentos familiares do que nos não familiares.

Familiar (PRONAF)⁴ e foi utilizada por outros trabalhos dentro da literatura, vide Aquino, Gazolla e Schneider (2018).

Quadro 1- Categorização dos agricultores familiares segundo critérios estabelecidos pelo Pronaf

	Categoria	Renda Anual Familiar Bruta	Composição da renda
Familiar pronafiano	Grupo A	-	Trabalhadores assentados
	Grupo B	Até R\$ 3.000	30% da renda oriunda da propriedade
	Grupo C	De R\$ 3.000 a R\$16.000	60% da renda oriunda da propriedade
	Grupo D	De R\$ 16.000 a R\$45.000	70% da renda oriunda da propriedade
	Grupo E	De R\$ 45.000 a R\$80.000	80% da renda oriunda da propriedade
Familiar não pronafiano		Acima de R\$ 80.000	-

Fonte: Elaboração própria a partir de Aquino, Gazolla, Schneider (2018)

Vale destacar que os grupos do Quadro 1 foram divididos de acordo com a sua renda bruta anual familiar e a origem dos seus recursos. Esse último elemento é particularmente importante pois incorpora as possibilidades de pluriatividade anteriormente discutidas, compreendendo o desenvolvimento de atividades fora da propriedade como uma forma de complemento de renda, praticado principalmente por produtores com baixa inserção no mercado e com instabilidade nos seus rendimentos.

Para além disso, também é possível relacionar esses grupos com a discussão sobre bloqueio da agricultura familiar abordado por Aquino, Teixeira e Tonneau (2004), pois, conforme apontado pelos autores, os grupos familiares poderiam ser divididos em consolidados, em transição e periféricos. O primeiro grupo seria aquele que já alcançou o seu modelo ideal, estando integrado a lógica de mercado com rendimentos e produção estáveis. Já o segundo grupo, refere-se aos agricultores que estão em processo de superação dos bloqueios objetivos e subjetivos da produção, possuindo um nível de renda superior aos grupos periféricos, mas com

⁴ A categorização dos grupos potenciais do Pronaf sofreu uma alteração em 2008, onde os grupos C, D e E foram aglutinados e passaram a formar o chamado grupo variável.

uma estabilidade menor do que os consolidados. Por último, os agricultores periféricos são aqueles com um maior grau de vulnerabilidade, graças à dificuldade de acesso a recursos financeiros e os obstáculos para a sua inserção na dinâmica de mercado. A partir disso, podemos identificar os grupos A e B como sendo periféricos, C como em transição e D e E como consolidados.

Nesse sentido, a partir dessa classificação, torna-se possível analisarmos as diferenças entre os grupos de agricultores familiares.

Tabela 4 - Número de estabelecimentos dos distintos grupos de agricultores familiares do Brasil – 2006

Grupos de agricultores familiares	Estabelecimentos	%
A	533.454	12,22
B	2.416.127	55,34
C	782.982	17,93
D	287.464	6,58
E	62.899	1,44
Familiar não Pronaf	283.341	6,49
Total familiar	4.366.267	100,00

Fonte: Aquino, Gazolla, Schneider (2018)

A partir da Tabela 4 podemos perceber que 2.949.581 estabelecimentos familiares, o que corresponde a cerca de 67% do total, enquadram-se como agricultores periféricos. Isso demonstra que no início do período de análise do trabalho mais da metade dos produtores familiares se encontravam em um cenário precário, com baixo nível de rendimento, dificultando até mesmo atividades de subsistência. Por outro lado, 782.982 estabelecimentos são categorizados como em transição, ou seja, estão em processo de consolidação e fortalecimento de suas atividades, e 8% apenas podem ser considerados consolidados.

Esse cenário evidencia as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares no Brasil, já que a grande maioria desses indivíduos recebe uma renda extremamente baixa que não é suficiente para a manutenção de sua subsistência e a perpetuação de suas atividades. É por esse cenário que estudos apontam para a predominância relativa⁵ da fome e insegurança alimentar no meio rural, já que graças a estrutura de desenvolvimento rural no país, os produtores familiares enfrentam obstáculos cada vez maiores para se manter, seja pela necessidade de mecanização, elevação dos custos de produção, falta de mercado consumidor,

⁵ População em insegurança dividida pela população total

concorrência com grandes produtores, entre outros. Logo, a fome desses grupos não pode ser explicada puramente pela falta de produção de alimentos, mas sim pela escassez de recursos e falta de oportunidades para consegui-los, condenando uma população que vive no âmago da produção agrícola a uma condição de fome e miséria.

Ademais, uma vez consideradas as diferenças entre os grupos de agricultores, é importante salientar as discrepâncias na alocação regional entre eles. Essa questão é relevante pois a distribuição de cada grupo não é homogênea entre as regiões do país, graças a fatores como formação histórica, atuação estatal, distribuição de recursos, entre outros.

Tabela 5 - Distribuição dos estabelecimentos dos distintos grupos de agricultores familiares segundo as regiões do Brasil – 2006

Regiões	Grupo A		Grupo B		Grupo C		Grupo D		Grupo E		Familiar Não PRONAF	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Norte	141.482	26,52	154.318	6,39	79.716	10,18	16.315	5,68	3.841	6,11	16.994	6,00
Nordeste	212.091	39,76	1.567.863	64,89	238.209	30,42	45.698	15,90	11.072	17,6	112.198	39,60
Sudeste	38.238	7,17	356.526	14,76	160.803	20,54	59.705	20,77	14.452	22,98	70.031	24,72
Sul	60.982	11,43	269.668	11,16	266.742	34,07	154.223	53,65	31.070	49,4	67.008	23,65
C.-Oeste	80.661	15,12	67.752	2,80	37.512	4,79	11.523	4,01	2.464	3,92	17.110	6,04
Brasil	533.454	100,00	2.416.127	100,00	782.982	100,00	287.464	100,00	62.899	100,00	283.341	100,00

Fonte: Aquino, Gazolla, Schneider (2018)

A partir da Tabela 6 podemos perceber uma clara assimetria na distribuição espacial dos grupos familiares. Desse modo, percebe-se que as regiões Norte e Nordeste concentram as maiores fatias dos estabelecimentos periféricos do país, onde 26,52% das propriedades do grupo A se encontram no Norte, o que corresponde a 141.482 estabelecimentos, e outros 39,76% na região Nordeste, com 212.091 estabelecimentos. Ademais, no que tange ao outro componente dos periféricos, grupo B, a região Nordeste possui uma clara aglomeração em relação às outras regiões, com 64,89% ou 1.567.863 propriedades. Isso demonstra que as regiões menos abastadas do país também concentram a maior parte dos agricultores em situação de vulnerabilidade, já que sem uma dinâmica econômica ativa não há incentivos financeiros e de demanda para o progresso desses produtores, os colocando em um cenário de maior vulnerabilidade quando comparados a outras regiões do país.

Para além disso, a região Centro-Oeste se destaca pela baixa participação na quase totalidade dos grupos analisados, já que com exceção do grupo A, a região possui o menor peso em todas as outras categorias analisadas. Uma possível explicação para esse cenário pode ser a proeminência das grandes propriedades na região com atividades voltadas principalmente para

a exportação de grãos como soja, milho, café, etc. Dessa forma, os pequenos agricultores se veriam pressionados pela grande propriedade e teriam dificuldades de estabelecer uma produção própria, graças a concentração de terra e obstáculos para a venda de suas mercadorias.

Por fim, as regiões Sul e Sudeste assumem o protagonismo no que se refere aos agricultores tidos como consolidados. Essa afirmação se mostra verdadeira ao observarmos que somente a região sul concentra 53,65% dos estabelecimentos tipo D, que equivale a 154.223 propriedades, e 49,4% dos estabelecimentos tipo E, correspondente a 31.070 propriedades. Isso demonstra que fatores objetivos e subjetivos levaram ao melhor desenvolvimento dos produtores da parte sul do país, o que corrobora para o fortalecimento da renda e empregabilidade desses indivíduos.

1.4.Insegurança Alimentar

Com o panorama do desenvolvimento rural estabelecido, faz-se necessário incorporar os conceitos mais contemporâneos acerca da fome e miséria alimentar, que são utilizados em pesquisas e resultados mais quantitativos sobre o tema.

Atualmente, existem classificações que medem o nível de vulnerabilidade alimentar das famílias brasileiras, considerando não só o acesso aos alimentos, mas também a regularidade desses acessos e a qualidade dos produtos consumidos. Essa categorização é estabelecida pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que aponta 1 nível de segurança e 3 níveis de insegurança alimentar, são elas: segurança alimentar (SAN), insegurança alimentar leve (InSAN leve), insegurança alimentar moderada (InSAN moderada) e insegurança alimentar grave (InSAN grave). No primeiro grupo o domicílio não sofre com problemas de acesso aos alimentos nem há a preocupação da falta de acesso no futuro. Já na InSAN leve, existe uma preocupação quanto ao acesso a alimentos em um futuro próximo e/ou diminuição da qualidade dos produtos consumidos. Ademais, a InSAN moderada representa uma ruptura no ciclo alimentar juntamente com uma redução quantitativa dos alimentos ingeridos por adultos. Por último, a InSAN grave é caracterizada pela descontinuidade do padrão usual de alimentação de todos os membros da família, inclusive das crianças residentes no domicílio.

Outrossim, Hoffmann (2013) utiliza os dados das PNAD's de 2004 e 2009 para analisar quais as características que os domicílios possuem que aumentam ou não a probabilidade de insegurança. Nesse sentido, o autor utiliza um modelo logite para descrever o impacto de variáveis como renda domiciliar *per capita* (RDPC), escolaridade, tipo de ocupação, região, entre outros, no acometimento de insegurança nas famílias. Dessa forma, os resultados

encontrados pelo autor demonstram uma relação negativa entre as variáveis RDPC e escolaridade com a InSAN, ou seja, quanto maior o nível de renda *per capita* ou escolaridade de um domicílio menores são as chances da incidência de insegurança alimentar. Além disso, o autor também demonstra que existem efeitos regionais relevantes e que acabam não sendo explicados pelas outras variáveis. No que tange ao tipo de ocupação, lê-se o seguinte:

A estabilidade da fonte de renda contribui para a segurança alimentar. Fixados o nível de renda e outros fatores, o fato de a pessoa de referência ser um empregado com carteira de trabalho assinada faz com que a probabilidade de insegurança alimentar do domicílio seja substancialmente menor do que se ela for um empregado sem carteira de trabalho assinada (Hoffmann, 2013, p. 230, grifo próprio).

A conclusão a que chega o autor sobre o papel dos tipos de ocupação dialoga diretamente com o tema proposto. Isso ocorre, pois, as categorias de grupos familiares que serão utilizados na pesquisa possuem níveis de renda e estabilidade financeira diferentes, o que segundo Hoffmann (2013), produziria efeitos dissonantes na InSAN entre as famílias.

Nesse sentido, o Quadro 1 apresenta uma síntese de outros resultados encontrados na literatura, destacando os principais determinantes que influenciam a probabilidade de ocorrência de insegurança alimentar. Ao reunir diferentes estudos, ele permite visualizar de maneira comparada quais fatores tendem a ampliar a vulnerabilidade das famílias e quais contribuem para a sua mitigação, oferecendo um panorama consistente dos elementos recorrentes associados à InSAN. Essa sistematização também reforça a relevância de se considerar múltiplas dimensões, econômicas, sociais e demográficas, na análise da segurança alimentar, já que a incidência do fenômeno não pode ser explicada por um único fator isolado, mas pelo entrelaçamento de variáveis que afetam diretamente as condições de vida das famílias.

Dessa forma, percebe-se o predomínio da RDPC como elemento mitigador da insegurança alimentar nas famílias, uma vez que rendimentos mais elevados permitem uma regularidade nas refeições e uma maior adaptabilidade frente a flutuações econômicas e no preço dos alimentos, por exemplo. Além disso, elementos territoriais também estão presentes em diversos trabalhos, apontando que as famílias das regiões Sul e Sudeste possuem menores probabilidades de InSAN juntamente com a menor chance de ocorrência no meio rural.

Quadro 2 - Fatores que afetam a probabilidade de insegurança alimentar segundo a literatura da área

Autor	Principais Conclusões	Modelo utilizado	Base de dados
Costa <i>et. al.</i> (2014)	.Aumento da RDPC eleva as chances de SAN .É menor no Sul e no Sudeste .É maior no meio urbano	Modelo de logite	POF 2008-2009
Hoffman (2008)	. Diminui com o aumento da RDPC . Diminui em residência rural . Diminui em atividades agrícolas	Modelo de logite	PNAD 2004
Hoffman (2014)	. Diminui com o aumento da RDPC . É menor no Sudeste, no Sul e Centro-Oeste, em comparação com o Nordeste . É menor na área rural	Modelo de logite	PNAD 2013
Santos <i>et. al.</i> (2018)	. É maior nas macrorregiões Norte/Nordeste . É maior em área urbana (na presença de saneamento inadequado) .Aumenta se a pessoa de referência do domicílio é do sexo feminino.	Modelos lineares generalizados múltiplos	PNAD's 2004, 2009 e 2013
Oliveira e Lima-Filho (2011)	. Diminui com o aumento da RDPC . Diminui quando o nível de escolaridade do chefe da família aumenta	Estimativa de máxima verossimilhança	Dados primários

Fonte: Elaboração própria

Portanto, considerando o arcabouço teórico proposto por Josué de Castro, que sustenta que o processo histórico é essencial para compreender a miséria contemporânea, e tendo em vista o desenvolvimento rural brasileiro marcado pelo fortalecimento das grandes propriedades, bem como a heterogeneidade dos agricultores familiares, é imperativo aprofundar os estudos sobre a evolução da InSAN para os diversos perfis familiares e regiões. Assim, este trabalho buscará, nos capítulos subsequentes, demonstrar o comportamento desse indicador na região Sul do país, a qual apresenta uma formação histórica singular e uma composição peculiar dos grupos de agricultores familiares. O objetivo é evidenciar se a mazela da fome afeta de maneira uniforme os diferentes tipos de família, mesmo em um cenário político voltado para o combate à insegurança alimentar.

Capítulo 2 - Os impactos contemporâneos de um problema histórico

A partir deste ponto, os conceitos discutidos no capítulo 1 serão aplicados no contexto brasileiro com o objetivo de articular teoria e realidade. Em um primeiro momento, será traçado um panorama das políticas públicas voltadas para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional (SAN), vigentes durante o período de 2004 a 2013. Esse recorte temporal se justifica por dois motivos principais: restrições metodológicas e a conjuntura político-econômica. O primeiro fator refere-se a limitação de dados no que tange a segurança alimentar por grupos familiares, uma vez que, nos anos de 2004, 2009 e 2013, a PNAD incorporou os elementos da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), prática que foi retomada nos anos seguintes pela POF (2017-2018) e pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Rede PENSSAN. Entretanto, os dados dos anos subsequentes não apresentam informações desagregadas por grupos familiares, elemento que se mostra fundamental para os objetivos desta pesquisa. O segundo fator que justifica a delimitação temporal é a existência de uma política governamental robusta de combate à fome e erradicação da pobreza nos dois primeiros mandatos do governo Lula (2003–2006 e 2007–2010). Isso não implica a inexistência de programas voltados à redução das desigualdades em períodos anteriores, contudo, é nos dois primeiros governos petistas que o combate à miséria adquire contornos de política de Estado. Dessa forma, procura-se compreender se as mudanças na segurança nutricional afetaram de maneira homogênea todos os grupos.

Já a segunda parte deste capítulo apresentará a evolução da SAN e da InSAN para o contexto brasileiro com base em outros trabalhos da literatura. Serão apresentados dados discriminados não só por tipos de família, mas também por localidade e tipo de atividade. A partir dessa explanação, espera-se que seja possível identificar padrões, contrastes e persistências no grau de segurança e insegurança alimentar entre os diferentes grupos familiares, permitindo, assim, uma análise mais aprofundada das desigualdades estruturais que permeiam o acesso a alimentação adequada no Brasil.

2.1. A SAN no Brasil: Da apoteose ao declínio

No dia 1º de janeiro de 2003, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, declarou em seu discurso de posse que “se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida”. A partir dali, iniciava-se uma profunda orientação do Estado brasileiro para a promoção do

combate à fome, por meio do fortalecimento e criação de diversos programas de transferência de renda e de fortalecimento da segurança alimentar.

Um exemplo dessas políticas é o Programa Fome Zero (PFZ). Esse programa surge a partir da unificação de diversas políticas tanto nacionais quanto locais já existentes no país, promovendo um novo modelo de desenvolvimento econômico e social. O Fome Zero partia de um entendimento de que as políticas vigentes possuíam um caráter assistencialista e compensatório, que não seria suficiente para combater os motores estruturais da desigualdade (Xavier, 2020).

Dessa forma, o programa combinava políticas em 3 diferentes âmbitos: específicas, locais e estruturais. As políticas específicas possuíam um caráter emergencial, e tinham como objetivo mitigar a desnutrição nas populações mais carentes e com risco de vida. Dentro dessa categoria destacam-se o Programa Cupom de Alimentação, que substituiu a distribuição direta de cestas pelas prefeituras e promovia maiores conexões entre consumidores e produtores locais, e a ampliação da merenda escolar, que objetivava elevar o aporte calórico e nutricional das merendas e estabelecer uma demanda institucional pelas mercadorias dos produtores da região. Já as políticas locais eram fruto da maior integração vertical entre os governos federal, estadual e municipal, e baseavam-se na lógica de que as secretarias municipais possuiriam maior capacidade de compreender as especificidades de cada região, promovendo assim ações mais efetivas, como a criação de restaurantes populares, instauração de bancos de alimentos bem como a construção de diálogos com redes de supermercados visando facilitar o uso dos cupons (Xavier, 2020).

Por fim, temos as políticas estruturais, que buscavam atacar as condições históricas que engendravam o cenário de miséria e desigualdade no país. Nesse sentido, segundo Xavier (2020), o Fome Zero buscou promover essas mudanças em pelo menos 3 dimensões: dimensão da demanda, com políticas de transferência de renda, dimensão da oferta, com medidas de estoques reguladores de preço e de incentivo à agricultura familiar, e a dimensão do mercado de trabalho com financiamento de obras de habitação e saneamento. Em síntese, o Programa Fome Zero representou uma mudança de paradigma nas políticas públicas voltadas ao enfrentamento da fome no Brasil, ao articular ações emergenciais com estratégias de médio e longo prazo, que buscavam enfrentar tanto os sintomas quanto as causas estruturais da insegurança alimentar. Ao integrar diferentes esferas governamentais e dialogar diretamente com produtores e consumidores, o programa consolidou-se como uma iniciativa inovadora, cuja principal contribuição foi recolocar a questão da alimentação adequada no centro da agenda pública e reafirmar a fome como um problema político e social, e não apenas individual.

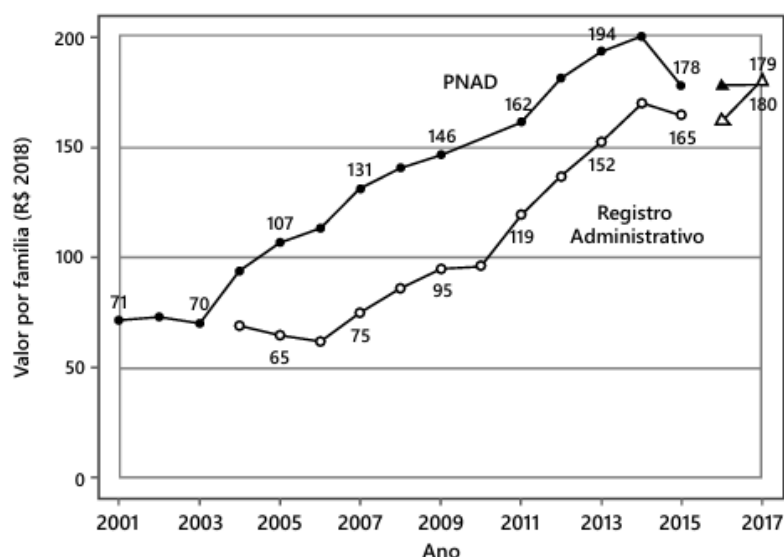
É nesse contexto que outra importante política de redução da miséria ganha corpo: o Programa Bolsa Família (PBF). Criado em outubro de 2003, o PBF trouxe uma unificação dos processos de gestão e execução dos programas de transferência de renda condicionadas existentes no período, possibilitando o surgimento de uma medida mais robusta e nacionalmente articulada (Paiva, Falcão e Bartholo, 2013). O uso das condicionalidades como exigência para o recebimento do benefício, demonstra a percepção dos formuladores da política do caráter multifacetado da pobreza, sendo necessário articulações em diferentes facetas como saúde, educação e emprego, para uma mudança de fato efetiva. Dessa forma, Souza *et. al.* (2018, p. 7), definem o programa da seguinte forma:

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma transferência condicionada de renda. Como tal, o PBF faz transferências em dinheiro (i.e., não em espécie), para famílias (i.e., não para indivíduos), de forma focalizada (i.e., buscam alcançar os mais pobres) e condicionada (i.e., as famílias devem cumprir compromissos, em geral em saúde e educação, para receberem seus benefícios).

Sobre o processo de construção dessa política, Paiva, Falcão e Bartholo (2013), traçam uma linha histórica do programa. Segundo os autores, de 2003 a 2004 o Bolsa Família ainda estava em sua fase de estruturação, com a migração das famílias já beneficiárias e nas primeiras concessões de benefícios para famílias que ainda não recebiam transferência de renda. Além disso, foi nesse período que se formou o CadÚnico, um sistema que unificou as informações das políticas anteriores em uma única base cadastral, sendo de vital importância para a focalização e controle do programa. De 2005 a 2010, o PBF passa por sua fase de aprimoramento, marcado pela institucionalização do papel dos entes federados na gestão do programa, criação do benefício variável vinculado ao adolescente, que beneficiava famílias com membros de 16 e 17 anos, surgimento do benefício de superação de extrema pobreza (BSP), que garantia uma renda *per capita* que chegasse a no mínimo a linha da pobreza, além de diversas outras medidas de acompanhamento dos domicílios cadastrados. Todo esse processo de melhoria e expansão fez com que, ao final de 2010, o PBF já houvesse alcançado 13 milhões de famílias em todo o país (Paiva, Falcão e Bartholo, 2013)(Souza *et al.*, 2018).

No que tange ao valor do benefício, o que se percebe é um crescimento ao longo do tempo, conforme demonstrado pelo Gráfico 2. Vale ressaltar, que as diferenças entre as informações da PNAD e dos registros administrativos, ocorrem pela dificuldade da pesquisa de domicílios em separar os rendimentos do Bolsa Família dos seus programas predecessores. De toda forma, em ambas as séries é notório a valorização dada ao programa ao longo dos anos.

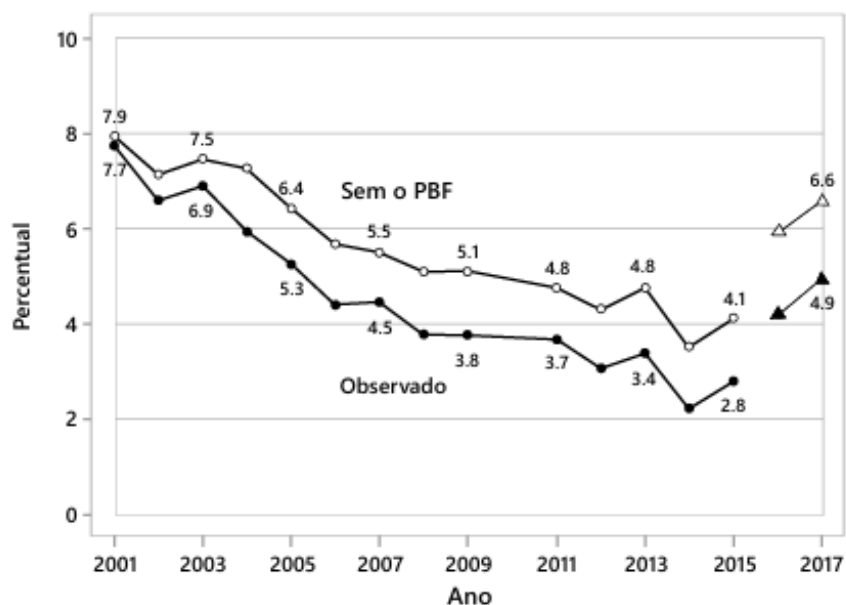
Gráfico 2 - Valor médio das transferências do PBF por família nos registros administrativos e nas pesquisas domiciliares (R\$ 2018) – Brasil, 2001/2017



Fonte: Souza *et. al.* (2018)

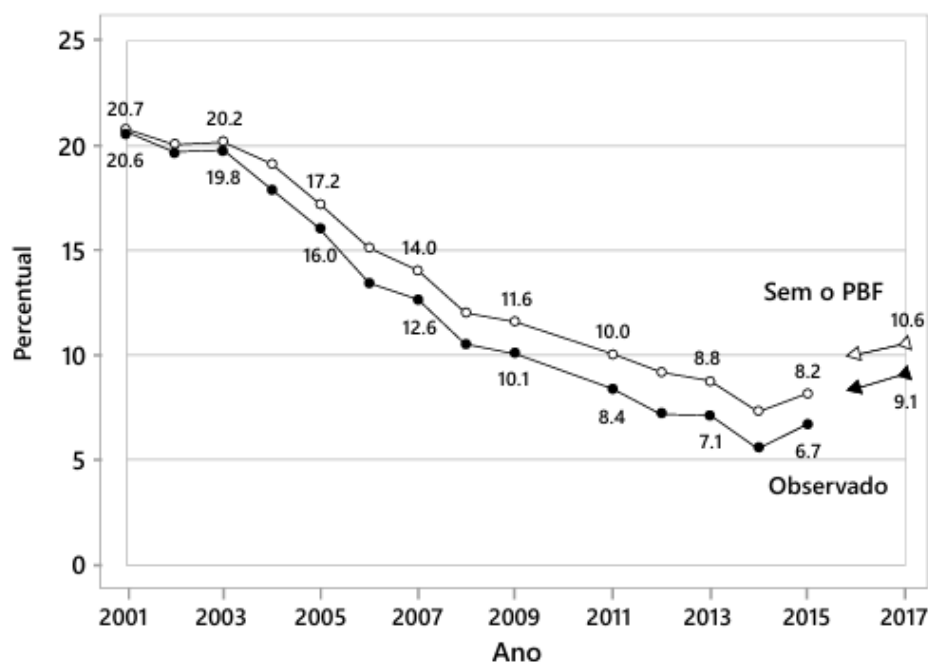
Em relação ao impacto do PBF, o Gráfico 3 e o Gráfico 4 demonstram, respectivamente, a evolução do percentual de famílias na pobreza (R\$ 178 *per capita*) e na extrema pobreza (R\$ 89 *per capita*) entre 2001 e 2017.

Gráfico 3 - Taxas de pobreza com e sem as transferências do PBF para a linha de pobreza de R\$ 89 *per capita* em reais de 2018 (%) – Brasil, 2001/2017



Fonte: Souza *et. al.* (2018)

Gráfico 4 - Taxas de pobreza com e sem as transferências do PBF para para a linha de pobreza de R\$ 178 *per capita* em reais de 2018 (%) – Brasil, 2001/2017



Fonte: Souza *et. al.* (2018)

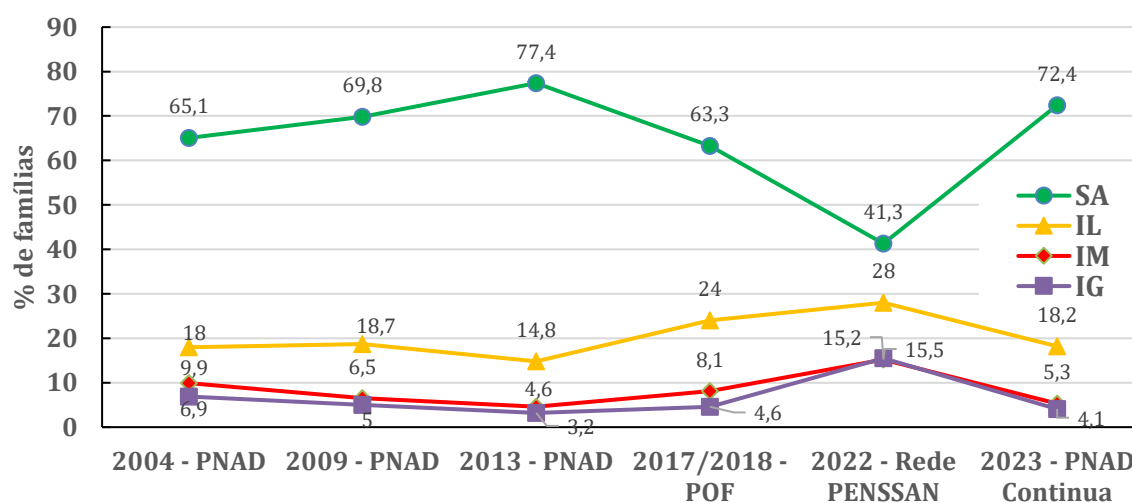
Nos dois recortes o que se percebe é uma redução da pobreza ao longo do período, com uma queda de 1,3 p.p. ao ano na extrema pobreza e de 1,6 p.p. ao ano para a linha mais alta (Souza *et al.*, 2018). Esses dados apontam para um impacto positivo do programa, já que ao garantir uma transferência de renda à camada mais pobre da população, o Estado atua para a retirada desses indivíduos da miséria absoluta. Entretanto, é lícito suscitar o debate de que, mesmo fora da linha da pobreza, muitas dessas famílias ainda estão longe de alcançar um patamar alimentar adequado. É preciso refletir não só sobre uma melhoria quantitativa dos alimentos, mas também os seus aspectos nutricionais, pois, mesmo que a fome absoluta seja um dia superada, enquanto a soberania alimentar da população não for alcançada, esse debate não deve se encerrar.

Ademais, o PFZ e o PBF são apenas duas das inúmeras políticas implementadas no período. Um outro exemplo é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que segundo Camargo, Baccarin e Silva (2013) “se apresentava como um programa de preços mínimos para determinados produtos e garantia de renda ao agricultor familiar, como também se propunha contribuir com a segurança alimentar de segmentos menos favorecidos”. Segundo os autores o programa se baseava em cinco modalidades, sendo elas: compra direta da agricultura familiar, compra com doação simultânea, apoio à formação de estoque pela agricultura familiar,

incentivo à produção e consumo de leite e compra Institucional. Dessa forma, o PAA cumpria um papel estratégico ao articular simultaneamente a política agrícola e a política social, garantindo renda e escoamento da produção para agricultores familiares, ao mesmo tempo em que ampliava o acesso de populações vulneráveis a alimentos de qualidade. Nesse sentido, reforçava-se a lógica de que o enfrentamento da fome exigia não apenas transferências monetárias, mas também a construção de circuitos curtos de comercialização e o fortalecimento da agricultura familiar como agente central no desenvolvimento rural e social do país.

A partir do exposto torna-se claro que o aumento da proporção de domicílios em SAN e a redução acentuada das InSAN moderada e grave de 2004 a 2013 demonstrados no Gráfico 5, é coerente com a atuação simultânea de programas de transferência de renda e de políticas de fortalecimento da agricultura familiar. Programas como o Bolsa Família e as ações do Fome Zero ampliaram a renda disponível entre os domicílios mais vulneráveis, o que tende a aumentar o poder de compra de alimentos e reduzir formas agudas de privação. Ao mesmo tempo, iniciativas como o PAA atuaram diretamente sobre a oferta e a renda dos agricultores familiares por meio da compra institucional e da garantia de escoamento, gerando ligações mais estáveis entre produtores locais e mercados institucionais, além de efeitos indiretos sobre a demanda por produtos regionais e a merenda escolar. Esses mecanismos explicam por que a melhora no período 2004 a 2013 aparece tanto em indicadores absolutos quanto em quedas substanciais nas categorias mais severas de InSAN, indicando ganhos efetivos na redução da fome e da desnutrição.

Gráfico 5 - Comportamento da SAN e das InSAN's leve, moderada e grave no Brasil entre 2004 e 2022



Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados no relatório sobre segurança alimentar no Brasil feito pelo IBGE (2020) e pelo II VIGISAN elaborado pela Rede PENSSAN (2022)

Entretanto, a piora que se nota a partir de meados da década seguinte e que atinge seu ápice em 2022 tem relação com um conjunto de choques e mudanças de política que fragilizaram essa combinação de instrumentos. Recessão econômica, aumento do desemprego e perda do poder aquisitivo corroeram a capacidade das famílias de adquirir alimentos, enquanto medidas de contenção fiscal e ajustes na cobertura de programas sociais reduziram o alcance de transferências e de ações complementares. Além disso, choques exógenos recentes, em especial a pandemia de Covid-19 e a alta inflacionária sobre bens alimentares, agravaram a vulnerabilidade das famílias e elevaram novamente as taxas de InSAN moderada e grave. Cabe ressaltar que não se trata de uma única causa, mas de uma interação entre fatores macroeconômicos, decisões de política pública e choques sanitários e de preços, que em conjunto ajudam a explicar o retrocesso observado nos indicadores.

2.2. Comportamento geral da SAN por grupo familiar

2.2.1. Delimitação dos grupos de Interesse

Com o objetivo de captar melhor as nuances dos indicadores de segurança alimentar e também para dialogar com outras pesquisas dentro da literatura, o presente trabalho se utiliza de duas tipologias para a categorização dos grupos familiares.

A primeira delas foi desenvolvida por Silva (1999) no âmbito do projeto RURBANO e organiza as famílias de acordo com a ocupação de seus grupos. Essa tipologia considera famílias extensas e é dividida nas seguintes categorias:

- **Família empregadora:** Se algum membro da família é empregador, a família é classificada dessa forma, independentemente da ocupação dos demais membros.
- **Família de conta-própria:** Na ausência de empregadores, se algum membro for trabalhador por conta própria, a família é classificada dessa maneira.
- **Família de empregados:** Se não houver empregadores nem trabalhadores por conta própria, mas algum membro for empregado (agrícola ou não agrícola), a família é classificada como de empregados.
- **Família de não ocupados:** Na ausência de todas as categorias supracitadas a família é classificada como de não ocupados.

A segunda categoria classifica os grupos familiares de acordo com o seu ramo de atividade, podendo ser agrícola, pluriativa ou não agrícola. As famílias agrícolas são aquelas em que ao menos um de seus membros estava envolvido em atividades agrícolas no momento da pesquisa, sem que os demais exercessem atividades não agrícolas. Em contraste, as famílias não agrícolas apresentam a situação oposta: ao menos um membro atuava em atividades não agrícolas, enquanto os demais não estavam envolvidos em atividades agrícolas. Por fim, as famílias pluriativas representam uma combinação das duas anteriores, caracterizando-se por terem ao menos um membro exercendo atividades agrícolas simultaneamente a outro, distinto, atuando em atividades não agrícolas.

Dentre essas categorias, este trabalho adotará uma definição específica para identificar os agricultores familiares. Serão consideradas como tais as famílias classificadas simultaneamente como residentes em áreas rurais, cujo principal responsável pela renda atue por conta própria e que a ocupação principal esteja vinculada a atividades agrícolas ou pluriativas.

2.2.2. O comportamento da SAN no Brasil

Com base nos dados apresentados por Xavier (2024) e expostos na Tabela 6, é possível analisar a evolução da SAN no período de 2004 a 2013. Um aspecto que merece destaque é a melhora no panorama geral da segurança alimentar, cuja cobertura populacional aumentou de 65,1% em 2004 para 77,4% em 2013. Esse avanço de 12 p.p. reflete, em grande medida, os efeitos dos programas de transferência de renda e das políticas públicas de combate à fome implementadas ao longo do período.

Entretanto, apesar dessa melhora expressiva no agregado, algumas disparidades tornam-se evidentes quando os dados são desagregados por grupos familiares. A principal delas diz respeito à diferença entre os empregadores e as demais categorias. Em 2004, quase 90% dos integrantes do grupo de empregadores já se encontravam em SAN, enquanto, no mesmo ano, apenas 59,4% dos domicílios classificados como de conta própria apresentavam essa condição, uma diferença de aproximadamente 30 p.p. Contudo, ao analisarmos a evolução dos diferentes grupos ao longo dos anos, observa-se uma redução nas disparidades, com os trabalhadores por conta própria, empregados e não ocupados se aproximando das famílias de empregadores. Em outras palavras, constata-se, em nível nacional, uma diminuição, embora não a eliminação, da heterogeneidade nos indicadores de segurança alimentar entre os distintos grupos de famílias.

Além disso, é importante destacar que a melhoria das condições alimentares beneficiou principalmente os grupos que apresentavam os piores indicadores no início do período. Essa tendência é evidenciada pelo desempenho do grupo de trabalhadores por conta própria, que embora fosse o segmento com menor percentual de segurança alimentar em 2004, apresentou o maior crescimento relativo ao longo do tempo, com um aumento de 23,6%. Em seguida, aparecem os não ocupados, com 20,7%, os empregados, com 18,5%, e, por fim, os empregadores, com um incremento mais modesto de 3,5%.

Tabela 6 - Evolução do percentual de domicílios com SAN e o crescimento entre os períodos, Brasil – rural e urbano (2004 a 2013)

Brasil	Percentual de SAN (%)			Ganhos de SAN (p.p.) (%)			
Famílias	2004	2009	2013	2004-2009	2009-2013	2004-2013	2004-2013
Empregadores	89,4	88,5	92,6	-0,9	4,0	3,1	3,5
Conta-própria	59,4	65,9	73,4	6,4	7,6	14,0	23,6
Empregados	66,2	69,9	78,4	3,7	8,5	12,2	18,5
Não ocupados	63,6	69,8	76,7	6,3	6,9	13,1	20,7
Total	65,1	69,8	77,4	4,8	7,6	12,4	19,0
Rural							
Empregadores	81,2	85,0	86,3	3,8	1,3	5,2	6,4
Conta-própria	53,4	63,3	62,1	9,9	-1,2	8,7	16,2
Empregados	56,4	63,8	65,3	7,4	1,5	8,9	15,8
Não ocupados	62,0	69,0	69,5	6,9	0,6	7,5	12,1
Total	56,3	64,8	64,7	8,5	-0,1	8,4	15,0
Urbano							
Empregadores	90,6	88,9	93,0	-1,7	4,1	2,4	2,7
Conta-própria	61,6	66,7	77,2	5,2	10,5	15,6	25,4
Empregados	67,4	70,7	79,9	3,3	9,2	12,4	18,4
Não ocupados	63,7	69,9	77,6	6,2	7,7	13,9	21,9
Total	66,7	70,7	79,5	4,0	8,8	12,8	19,3

Fonte: Xavier (2024)

Ainda com base nas informações da Tabela 6, é possível analisar o comportamento da SAN a partir da distinção entre os meios rural e urbano. No meio rural, observa-se um desempenho relativamente distinto daquele verificado no agregado nacional. Enquanto no panorama geral do país a SAN apresentou crescimento em ambos os períodos analisados, com aumento de 4,8 p.p. entre 2004 e 2009 e de 7,6 p.p. entre 2009 e 2013, o meio rural registrou, no segundo período, uma ligeira redução de 0,1 p.p. Isso indica uma piora das condições de segurança alimentar na zona rural, considerando todos os grupos familiares. Esse recuo foi provocado principalmente pela queda observada no grupo de domicílios por conta própria, cuja taxa de segurança alimentar diminuiu 1,2 p.p. Tal comportamento contrasta com o das demais categorias, nas quais se verifica, ainda que em graus distintos, um crescimento do indicador.

Além disso, permanecem no meio rural algumas das dinâmicas identificadas no agregado nacional, como a superioridade dos indicadores entre os empregadores em relação aos demais grupos e o fato de que os maiores avanços ocorreram entre aqueles que apresentavam os piores resultados no início do período analisado.

Por outro lado, o meio urbano apresenta uma evolução mais semelhante ao observado no agregado nacional. Essa afirmação pode ser ilustrada pela proximidade do crescimento percentual geral no meio urbano, que cresceu 19,3% contra 19% no agregado, mas também pelo aumento percentual dos grupos familiares que é bem próximo entre os dois recortes. Outro aspecto relevante é a disparidade entre os meios rural e urbano. Em 2004, todos os grupos familiares residentes no meio urbano apresentavam níveis superiores de segurança alimentar em comparação aos do meio rural, o que evidencia a heterogeneidade da SAN entre os distintos contextos territoriais. Com o passar dos anos, observa-se, com exceção do grupo de empregadores, um aprofundamento dessa diferença. No caso dos trabalhadores por conta própria, por exemplo, a discrepância entre os meios atinge 15,1 p.p.

Considerando o conjunto das famílias, em 2013, 64,7% dos domicílios rurais estavam em situação de segurança alimentar, enquanto no meio urbano essa proporção alcançava 79,5%, o que representa uma diferença de 14,8 p.p. Por fim, é lícito salientar que o padrão observado no interior de cada área de análise de maior aumento para os grupos com menores níveis de SAN não se observa quando comparamos os agregados rurais e urbanos, já que o ganho do urbano ao longo do período foi de 12,8 p.p contra 8,4 p.p. no meio rural. Segundo Xavier (2024, p. 88), isso demonstra que “[...] as políticas públicas que foram adotadas no âmbito do PFZ e, de forma mais ampla, a conjuntura que se formou no período, obtiveram maior êxito em promover o avanço positivo da SAN no meio urbano em comparação com o rural”.

Em síntese, a análise da evolução da SAN entre 2004 e 2013 revela avanços importantes em nível nacional, especialmente entre os grupos familiares em situação mais vulnerável no início do período. No entanto, a desagregação dos dados por posição na ocupação e por localização territorial evidencia que as melhorias foram desiguais. Os empregadores mantiveram os melhores indicadores ao longo de todo o período, enquanto trabalhadores por conta própria, empregados e não ocupados apresentaram avanços mais expressivos, ainda que partindo de patamares inferiores. Além disso, a comparação entre os meios rural e urbano mostra um agravamento das disparidades territoriais, com o meio urbano consolidando melhorias mais consistentes, ao passo que o meio rural, em especial o grupo de conta própria, registrou estagnação ou retrocesso. Como apontado por Xavier (2024), esse comportamento

indica que as políticas públicas e a conjuntura do período foram mais eficazes em promover o avanço da segurança alimentar no meio urbano do que no rural.

Ademais, como o presente trabalho tem por objetivo dar ênfase ao comportamento da EBIA nos agricultores familiares, foram elaboradas tabelas que trazem a discriminação das famílias do meio rural pela natureza da atividade, podendo ser agrícolas, pluriativas e não agrícolas. Desse modo, serão considerados agricultores familiares a categoria de conta-própria tanto agrícolas quanto pluriativas. A inclusão dessa segunda categoria ocorre como uma tentativa de capturar melhor as diferentes formas de reprodução desse grupo, e vai em consonância com os outros trabalhos da literatura que discorrem sobre a diversificação das atividades dentro das famílias de agricultores.

Tabela 7 - Evolução da SAN no Brasil por tipo de famílias considerando a natureza das atividades no meio rural – (2004-2013)

Agrícolas				
Famílias	2004	2009	2013	2004-2013
Empregadores	80,8	84,0	87,5	6,7
Conta-própria	53,4	63,4	60,6	7,2
Empregados	52,6	58,4	61,5	8,9
Total	54,3	62,4	61,3	7,1
Pluriativas				
Famílias	2004	2009	2013	2004-2013
Empregadores	80,3	85,8	77,9	-2,4
Conta-própria	52,0	60,8	61,6	9,6
Empregados	56,4	63,7	60,2	3,8
Total	55,4	63,3	61,7	6,3
Não-agrícolas				
Famílias	2004	2009	2013	2004-2013
Empregadores	83,7	86,1	92,5	8,8
Conta-própria	56,3	66,4	68,3	12,0
Empregados	62,0	69,6	71,4	9,4
Total	61,1	69,3	71,1	10,0

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados das PNAD's 2004, 2009 e 2013

A partir da Tabela 7 é possível apontar dois comportamentos distintos no que tange a trajetória da SAN dentro da agricultura familiar. O primeiro deles é a natureza errática da trajetória dos agricultores exclusivamente agrícolas, uma vez que eles observam um crescimento de 10 p.p. no primeiro período, mas logo em seguida sofrem um retrocesso de 3 p.p. Esse comportamento não se repete para empregadores e empregados, que veem um crescimento, em maior ou menor grau, do seu nível de SAN em todos os períodos. Por outro

lado, esse cenário se inverte quando consideramos as famílias pluriativas, já que enquanto empregadores e empregados passam a apresentar quedas no intervalo de 2009 a 2013, os agricultores familiares demonstram estabilidade no seu nível de SAN. Esse contraste evidencia que, no caso dos agricultores familiares, a diversificação das fontes de renda pode atuar como um amortecedor frente a conjunturas econômicas adversas, conferindo maior resiliência as famílias que conciliam atividades agrícolas e não agrícolas, ao passo que os agricultores exclusivamente agrícolas permanecem mais suscetíveis as flutuações do setor.

2.2.3. O comportamento da InSAN leve no Brasil

Agora serão analisados os dados referentes a InSAN leve no contexto brasileiro. Vale relembrar que a InSAN leve se refere a um cenário em que há a incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro, bem como a redução da qualidade dos alimentos consumidos no presente visando manter uma quantidade mínima possível (PNAD, 2013). A Tabela 8 contém dados sobre o contingente de famílias em InSAN leve por grupo familiar, juntamente com a proporção dessa categoria de insegurança no grupo como um todo. Ao expor não só a relação percentual, mas também o volume total de famílias, procura-se evidenciar as melhorias reais nos indicadores, e não só aquelas oriundas de um aumento no número total de famílias.

Tabela 8 – Número e percentual de famílias em InSAN leve, em relação ao total de famílias de cada tipo, Brasil – rural e urbano (2004 a 2013)

Brasil	Famílias em InSAN leve (mil)					Famílias em InSAN leve (%)				
	Diff (2004-2013)					Diff (2004-2013)				
Famílias	2004	2009	2013	(mil)	(%)	2004	2009	2013	(p.p.)	(%)
Empregadores	211,5	323,3	191,5	-19,9	-9	7,0	9,1	6,1	-0,9	-13
Conta-próprias	2887,6	3310,5	3107,2	219,6	8	17,7	19,2	17,1	-0,6	-3
Empregados	4383,8	5447,0	5005,4	621,6	14	16,8	17,9	14,9	-1,9	-11
Não ocupados	884,2	1134,5	1322,6	438,4	50	13,1	14,0	12,9	-0,2	-2
Total	8367,1	10215,2	9626,7	1259,7	15	16,1	17,2	14,8	-1,3	-8
URBANO										
Empregadores	170,4	284,1	169,5	-0,8	0	6,4	8,9	5,8	-0,6	-10
Conta-próprias	2131,0	2502,6	2075,8	-55,1	-3	17,7	19,4	15,2	-2,5	-14
Empregados	3843,7	4779,2	4271,4	427,7	11	16,7	17,8	14,1	-2,5	-15
Não ocupados	807,7	1031,1	1126,2	318,6	39	13,0	14,1	12,4	-0,6	-5
Total	6952,7	8597,0	7643,0	690,3	10	15,8	17,1	13,7	-2,1	-13
RURAL										
Empregadores	41,1	39,2	22,0	-19,1	-46	11,4	11,1	10,2	-1,1	-10
Conta-próprias	756,6	807,8	1031,4	274,8	36	17,7	18,6	22,7	5,0	28
Empregados	540,1	667,8	734,0	193,9	36	18,2	18,7	22,0	3,8	21
Não ocupados	76,5	103,4	196,4	119,8	157	14,4	13,1	16,6	2,3	16
Total	1414,3	1618,3	1983,8	569,4	40	17,4	17,9	21,4	4,0	23

Fonte: Xavier (2024)

Desse modo, o primeiro comportamento que merece destaque é a evolução do contingente total no nível agregado. Em 2004, cerca de 8,36 milhões de famílias estavam em situação de insegurança leve, montante que se eleva em 2009 para 10,2 milhões e que acaba se reduzindo para cerca de 9,62 milhões em 2013. Como pode ser observado, o volume total se eleva em 2009 e depois cai em 2013, mas para patamares ainda superiores ao do início do período de análise. Logo, sob a perspectiva do número total de famílias, o que se observa é, na verdade, uma elevação da InSAN leve no país ao fim do período de estudo. Uma das possíveis explicações para essa dinâmica reside na redução do número de famílias nas categorias mais graves de insegurança alimentar. A elevação do padrão de vida das camadas mais pobres da população não teria sido suficiente para propiciar um padrão adequado de alimentação, mas possibilitou o deslocamento desses grupos de uma condição de extrema vulnerabilidade para situações de insegurança menos severas.

Entretanto, ao analisarmos esse panorama sob a ótica da proporção de domicílios em situação de insegurança alimentar, a interpretação se modifica. Em 2004, a porcentagem de famílias com insegurança leve era de 16,1%, enquanto, em 2013, esse percentual caiu para 14,8%, representando uma redução de 1,3 p.p. Essa divergência em relação à análise anterior decorre da forma de mensuração do nível de insegurança, já que se trata de uma razão entre o número de famílias em situação de insegurança leve e o total de famílias. Assim, a redução percentual observada não necessariamente reflete uma melhora real nas condições alimentares, mas sim o aumento do número total de famílias incluídas no cálculo, o que dilui a proporção de casos leves.

Nesse sentido, Xavier (2024) chama atenção para o fato de que a evolução do contingente total de domicílios em InSAN leve, evidencia mais uma vez a heterogeneidade nos grupos familiares, especialmente na categoria de empregadores. Isso se torna claro quando analisamos que essa categoria foi a única que observou uma redução do volume total de famílias acometidas por essa insegurança ao final do período, com um decréscimo de 20 mil famílias nessa situação. Todas as outras categorias obtiveram um aumento em maior ou menor grau, com destaque para os não ocupados que tiveram um aumento de 50% no volume total.

Considerando agora a evolução por tipo de território, é possível notar, assim como ocorreu com a SAN, diferenças entre as duas regiões. No meio urbano, tem-se que as famílias de conta-próprias obtiveram uma melhora mais expressiva do que os domicílios de empregadores, se afastando do comportamento agregado. Entretanto, ainda é possível averiguar o mesmo fenômeno citado anteriormente: mesmo com um aumento de 690 mil famílias no total de famílias com insegurança alimentar leve, percebe-se uma redução percentual quando

analisamos proporcionalmente, graças ao incremento no número de famílias incluídas no cálculo. Já no meio rural, a heterogeneidade entre os grupos ganha contornos ainda maiores, visto que os empregadores experienciaram uma diminuição de 46% no seu contingente total, enquanto os domicílios catalogados como não ocupados tiveram um crescimento de 157% no volume de famílias em insegurança. Esses dados evidenciam que as disparidades são mais marcantes no meio rural, onde os efeitos das políticas públicas e das transformações socioeconômicas não se distribuíram de forma homogênea entre os diferentes grupos familiares

2.2.4. O comportamento da InSAN moderada no Brasil

Doravante serão discutidos os dados referentes à InSAN moderada no Brasil. Esse tipo de insegurança ocorre em um contexto em que além da piora qualitativa dos alimentos consumidos observa-se também uma redução quantitativa, onde o consumo efetivo é inferior aquele considerado necessário (IBGE, 2013). A Tabela 9 traz essas informações tanto por tipo de família quanto por território, com dados absolutos e relativos.

Tabela 9 - Número e percentual de famílias em InSAN moderada, em relação ao total de famílias de cada tipo, Brasil – rural e urbano (2004 a 2013)

Brasil	Famílias em InSAN moderada (mil)					Famílias em InSAN moderada (%)				
Famílias	2004	2009	2013	(mil)	(%)	2004	2009	2013	(p.p.)	(%)
Empregadores	75,0	63,2	28,2	-46,8	-62	2,5	1,8	0,9	-1,6	-64
Conta-próprias	2428,4	1578,4	1056,9	-1371,5	-56	14,9	9,1	5,8	-9,1	-61
Empregados	2989,1	2392,3	1334,4	-1654,7	-55	11,5	7,9	4,0	-7,5	-65
Não ocupados	934,2	745,6	559,7	-374,6	-40	13,9	9,2	5,5	-8,4	-61
Total	6426,7	4779,5	2979,1	-3447,6	-54	12,3	8,1	4,6	-7,8	-63
Urbano										
Empregadores	59,7	52,8	22,1	-37,6	-63	2,2	1,7	0,8	-1,5	-66
Conta-próprias	1610,8	1124,9	630,8	-979,9	-61	13,4	8,7	4,6	-8,7	-65
Empregados	2500,6	2000,7	1079,9	-1420,6	-57	10,8	7,5	3,6	-7,3	-67
Não ocupados	861,7	668,5	469,8	-391,9	-45	13,9	9,2	5,2	-8,7	-63
Total	5032,7	3846,9	2202,6	-2830,1	-56	11,4	7,7	3,9	-7,5	-66
Rural										
Empregadores	15,3	10,4	6,1	-9,2	-60	4,2	2,9	2,8	-1,4	-33
Conta-próprias	817,6	453,5	426,0	-391,6	-48	19,1	10,5	9,4	-9,8	-51
Empregados	488,5	391,5	254,5	-234,0	-48	16,5	11,0	7,6	-8,9	-54
Não ocupados	72,6	77,2	89,9	17,4	24	13,6	9,8	7,6	-6,0	-44
Total	1394,0	932,5	776,6	-617,5	-44	17,1	10,3	8,4	-8,8	-51

Fonte: Xavier (2024)

A partir da tabela apresentada, observa-se uma diferença significativa no comportamento da insegurança alimentar moderada em relação à evolução da insegurança leve.

Conforme discutido na seção anterior, o número absoluto de domicílios em situação de InSAN leve aumentou ao longo do período analisado, embora sua participação relativa tenha diminuído. Tal padrão, no entanto, não se repete no caso da InSAN moderada. Entre 2004 e 2013, aproximadamente 3,4 milhões de famílias deixaram essa condição, o que representa uma redução superior a 50% no número total de domicílios afetados. Além disso, os dados proporcionais acompanham o comportamento do contingente, saindo de 12,3% em 2004, para 4,6% em 2013, uma variação de 7,8 p.p. Essa informação corrobora a hipótese de que o crescimento no volume total de famílias em InSAN leve tenha se dado pela transferência de indivíduos em situação grave de miséria para condições menos agudas de pobreza, e não necessariamente por uma piora no quadro geral.

No que tange as diferenças entre os grupos familiares, pode-se dizer que a heterogeneidade diminuiu, mas ainda sim se faz presente. Isso fica claro quando analisamos que, diferentemente da InSAN leve, no caso moderado todas as categorias observaram uma queda no seu contingente total. Entretanto, o grupo de empregadores ainda permanece como sendo o mais beneficiado pelas mudanças no período, com uma redução de 62% no seu contingente em InSAN moderada. No outro extremo, temos o grupo dos não ocupados, que observou a queda menos intensa das quatro tipologias, com 40% de suas famílias saindo dessa condição de insegurança. Entretanto, apesar dos não ocupados serem a categoria apresentou a menor evolução, é no grupo de conta-próprias que a InSAN moderada mais se faz presente. Quando analisamos o ano de 2004, percebe-se que 14,9% dos domicílios classificados como conta-próprias estavam em situação de insegurança alimentar moderada, seguido dos não ocupados (13,9%), empregados (11,5%) e empregadores (2,5%). Já em 2013 essa hierarquia ainda se mantém, mesmo com uma breve inversão em 2009 os conta própria encerram o período de análise com a maior taxa de insegurança entre os grupos.

Quando discriminamos por território, a heterogeneidade se torna ainda mais evidente. No meio rural, o grupo de não ocupados foi a única categoria que enfrentou um crescimento no seu contingente total, com um aumento de 17, 4 mil famílias em InSAN moderada ou de 24% em relação a 2004. Por outro lado, as outras categorias de famílias se beneficiaram com elevadas taxas de redução no seu montante total de afetados, com empregadores tendo uma queda de 60%, seguido pelos conta própria e empregados com 48%. Além disso, é importante salientar a divergência na análise relativa, ou seja, considerando número de famílias em InSAN sobre número de famílias total. Desse modo, os não ocupados saíram de 13,6% em 2004 para 7,6% em 2013, graças a aumentos no número de famílias incluídas no cálculo e não por melhorias efetivas no bem estar social.

No meio urbano, a redução do contingente total de famílias em situação de insegurança alimentar moderada foi ainda mais acentuada em todas as categorias analisadas. O grupo de não ocupados, em especial, apresentou uma queda expressiva de 45% no número absoluto de domicílios afetados, evidenciando uma melhora significativa no período. Da mesma forma, os demais grupos (empregadores, trabalhadores por conta própria e empregados) também registraram reduções substanciais, indicando que, nas áreas urbanas, os efeitos das políticas públicas e da conjuntura econômica foram mais eficazes em promover a redução da InSAN moderada de forma generalizada entre os diferentes segmentos familiares.

2.2.5. O comportamento da InSAN grave no Brasil

Entende-se por InSAN grave o estado em que o ciclo de alimentação já foi rompido, com comprometimento tanto quantitativo quanto qualitativo no consumo dos alimentos, inclusive das crianças (IBGE, 2020). É a miséria alimentar em sua forma mais pura e cruel. A partir disso, a Tabela 10 apresenta os dados de InSAN grave por grupos familiares, de 2004 a 2013, com dados territoriais agregados, mas também discriminados entre rural e urbano.

Tabela 10 - Número e percentual de famílias em InSAN grave, em relação ao total de famílias de cada tipo, Brasil – rural e urbano (2004 a 2013)

Brasil	Famílias em InSAN grave (mil)			Diff (2004-2013)		Famílias em InSAN grave (%)			Diff (2004-2013)	
Famílias	2004	2009	2013	(mil)	(%)	2004	2009	2013	(p.p.)	(%)
Empregadores	30,9	21,2	13,5	-17,4	-56	1,0	0,6	0,4	-0,6	-58
Conta-próprias	1300,3	1002,7	671,8	-628,5	-48	8,0	5,8	3,7	-4,3	-54
Empregados	1420,4	1295,1	897,8	-522,5	-37	5,5	4,3	2,7	-2,8	-51
Não ocupados	631,1	551,1	508,7	-122,4	-19	9,4	6,8	5,0	-4,4	-47
Total	3382,6	2870,1	2091,9	-1290,8	-38	6,5	4,8	3,2	-3,3	-51
Urbano										
Empregadores	19,1	17,8	12,2	-6,9	-36	0,7	0,6	0,4	-0,3	-42
Conta-próprias	886,0	674,3	407,5	-478,4	-54	7,4	5,2	3,0	-4,4	-59
Empregados	1157,0	1065,2	728,5	-428,5	-37	5,0	4,0	2,4	-2,6	-52
Não ocupados	579,0	487,2	435,1	-143,9	-25	9,3	6,7	4,8	-4,5	-49
Total	2641,1	2244,5	1583,3	-1057,7	-40	6,0	4,5	2,8	-3,2	-53
Rural										
Empregadores	11,7	3,4	1,3	-10,4	-89	3,2	1,0	0,6	-2,6	-81
Conta-próprias	414,3	328,4	264,3	-150,0	-36	9,7	7,6	5,8	-3,9	-40
Empregados	263,4	229,9	169,3	-94,1	-36	8,9	6,5	5,1	-3,8	-43
Não ocupados	52,1	63,9	73,6	21,5	41	9,8	8,1	6,2	-3,5	-36
Total	741,6	625,6	508,6	-233,0	-31	9,1	6,9	5,5	-3,6	-40

Fonte: Xavier (2024)

Em 2004, aproximadamente 3,3 milhões de famílias eram acometidas por insegurança alimentar grave, atingindo principalmente famílias de empregados, com 1,4 milhões de domicílios nessa condição de fome, e conta-próprias, com 1,3 milhões de famílias nessa mesma situação. Entretanto, com o fortalecimento de políticas de combate à fome e de transferência de renda, esse contingente se reduziu em quase 40% em 9 anos, alcançando a marca de 2 milhões de famílias. Porém, como demonstrado anteriormente para as outras categorias da EBIA, essa evolução não se deu de forma homogênea. Em consonância com os resultados já encontrados, o que se observou foi uma melhora mais expressiva para a categoria de empregadores, com uma redução de 56% no seu contingente afetado, seguido pelos conta-próprias, com queda de 48%, e pelos empregados, com 37% de redução. A categoria de não ocupados por sua vez foi a que experienciou a melhora mais tímida, com apenas 19% de queda, o que é 37 p.p a menos que a categoria com a melhor evolução. Isso demonstra que, de fato, os programas sociais implementados no período, encontraram dificuldade em promover uma melhoria alimentar e nutricional para todos os tipos de ocupação de maneira igualitária.

Ademais, quando analisamos o comportamento proporcional dos atingidos por InSAN em relação ao número total de domicílios da categoria, a heterogeneidade ainda se faz presente. Em 2004, os empregadores apresentavam uma proporção bastante reduzida de membros em situação de InSAN grave, em torno de 1%. Em 2013, esse percentual diminuiu ainda mais, alcançando 0,4%. Por outro lado, 9,4% dos não ocupados estavam em situação de fome no início do período, alcançando 5% em 2013. É importante destacar que esse valor é 4 p.p acima do observado nos empregadores já em 2004, ou seja, mesmo com uma melhora significativa a discrepância entre as categorias ainda é bastante elevada.

Nesse sentido, é possível afirmar que a celebrada manchete da saída do Brasil do Mapa da Fome, anunciada em 2014 pela ONU, não contemplou todas as famílias. A exclusão de um país desse mapa ocorre quando a nação atinge um Indicador de Prevalência de Subalimentação, segundo a FAO, inferior a 5%, o que não se verificou no caso das famílias de não ocupados. Desse modo, Xavier (2024, p. 103) afirma que

Numa situação hipotética, de suposição da possibilidade de comparação direta entre os dados que estamos utilizando e este indicador da FAO, poderíamos afirmar que as famílias de não ocupados brasileiras ainda permaneceram no Mapa da Fome em 2013, devido ao fato de não apresentarem um indicador de InSAN grave menor do que 5%.

Em nível territorial, o meio urbano apresentou uma redução mais intensa na insegurança alimentar grave entre 2004 e 2013, apesar de iniciar o período com 6% de domicílios nessa

condição. Nesse espaço, o contingente afetado caiu 40% em termos absolutos, enquanto o percentual relativo recuou 53%, fazendo com que a taxa de InSAN grave no urbano (2,8%) ficasse praticamente metade daquela observada no rural (5,5%) em 2013. Como esse valor continuou acima de 5%, o Brasil rural, em sua totalidade, não teria sido excluído do Mapa da Fome segundo os critérios da FAO, ao contrário do meio urbano, que cumpriu o critério de prevalência inferior a 5%. Essa dinâmica contrasta com as evidências acadêmicas que apontavam maior suscetibilidade urbana à fome, sugerindo que as políticas e transformações socioeconômicas do período beneficiaram de forma mais eficaz as populações urbanas (Xavier, 2024)(Hoffman, 2013).

Ao desagregar por tipo de família, no meio urbano os empregadores mantiveram sempre níveis mínimos de InSAN grave (abaixo de 1%), alcançando 0,4% em 2013, enquanto os não ocupados, partindo de 9,3%, registraram a menor retração proporcional (49%), encerrando o período com 4,8%. No meio rural, os empregadores também exibiram o melhor desempenho, reduzindo seu contingente em 89% e atingindo apenas 0,6% de InSAN grave em 2013. Contudo, as demais categorias rurais permaneceram acima do limiar de 5%⁶, especialmente os não ocupados, cujo número absoluto de famílias em insegurança aumentou 41% (de 52,1 mil para 73,6 mil), o que explica a queda relativa de 9,8% para 6,2% pelo crescimento expressivo do denominador. Esses padrões reforçam que a heterogeneidade da insegurança alimentar grave se mostrou mais aguda no meio rural e que sua mensuração depende tanto de variações absolutas quanto relativas.

⁶ O que significa que o rural brasileiro também não saiu do Mapa da Fome no período analisado.

Capítulo 3 - Análise regional: O comportamento da SAN no Sul do Brasil

O presente capítulo tem por objetivo se aprofundar na discussão sobre a segurança alimentar dos grupos familiares com foco especificamente na região Sul do país. Essa escolha se baseia na formação histórica da área, que é marcada pela ocupação de imigrantes europeus, e pela distinta composição dos agricultores familiares que ali residem, conforme demonstrado no capítulo 1.

Desse modo, o capítulo se dividirá em 3 etapas. A primeira delas será uma breve contextualização da região Sul, perpassando rapidamente pelo seu processo de formação econômica bem como pelas especificidades do seu meio rural. Em seguida, serão expostos os dados quantitativos sobre a SAN dos grupos familiares na região com ênfase nos agricultores familiares. Por último, será feito um estudo comparativo entre resultados encontrados pelo trabalho e aqueles expostos por Xavier (2024), que aplica uma abordagem de análise semelhante para a região Centro-Oeste do país. Espera-se que essa comparação demonstre se a relação da SAN entre os grupos varia a depender da região do país.

3.1. Contextualização histórica e estrutural da região Sul

3.1.1. Formação socioeconômica da região Sul

A região Sul do Brasil é composta pelos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina com uma população de cerca de 27,3 milhões de pessoas⁷. Todos os 3 estados passaram por um processo de formação semelhante, tendo sua trajetória econômica se iniciando em bases eminentemente agrícolas, mas que passou ao longo do século XX por um processo de industrialização, o que se reflete na estrutura atual que é marcada pela proeminência dos setores primário e secundários. Essa trajetória consonante no campo produtivo também pode ser vista no campo social, já que a região Sul apresenta níveis relativamente altos de renda *per capita* e IDH quando comparada com o resto do país, com baixos desvios estaduais em relação a média (Filho e Gargioni, 2014).

Dessa forma, Montibeller Filho e Gargioni (2014) apontam que até o começo do século XX predominou na região atividades agrícolas voltadas para o mercado, conduzidas principalmente por imigrantes europeus, que chegaram ao Brasil no século anterior. Porém, com o fortalecimento do processo de substituição de importações ao longo do século XX muitos

⁷ De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010

desses imigrantes passaram a produzir internamente o que antes era trazido de fora, criando manufaturas que no futuro viriam a se tornar grandes indústrias na região. Logo, o processo de desenvolvimento econômico e industrial do Sul é profundamente ligado à atuação dos imigrantes europeus em pequenas unidades de produção, corroborando para o dinamismo da região nas décadas subsequentes.

Para além disso, Stoffel (2013) aprofunda o entendimento sobre a constituição dos agricultores familiares no Sul. Segundo a autora, a ocupação do meio rural da região foi definido pela atuação dos colonos e suas famílias, formados em grande parte por alemães e italianos que vieram ao Brasil com a ingerência do Estado e que passaram a atuar em pequenas propriedades, primeiro como forma de subsistência, mas depois com produção de excedente suficiente para abastecer parte do mercado interno. Esses grupos de imigrantes possuíam especificidades próprias que ajudam a explicar como se criou a dinâmica econômica no início do século XX. Os alemães, por exemplo, possuíam um forte senso de coletividade com grande uso de mão de obra familiar, distribuindo sua força de trabalho entre a produção para autoconsumo e aquela voltada para o mercado, o que permitiu a exportação de diversos produtos como milho, feijão, batata, entre outros (Stoffel, 2013) (Pesavento, 1980).

Já os imigrantes italianos adotaram uma postura um pouco diferente, uma vez que eles utilizaram de estratégias para fugir da concorrência alemã, focando seus esforços na produção de vinho e de comercialização voltada para outros italianos. Porém, apesar dessas diferenças, os dois grupos se assemelhavam bastante na questão comunitária e na valorização da terra com uso intenso de mão de obra familiar. Portanto, a autora aponta que nas primeiras décadas do século XX essas unidades familiares apresentavam um cenário bastante promissor, desempenhando um papel fundamental no abastecimento de outras regiões do país.

Entretanto, esse período de bonança não tardou a entrar em crise. De acordo com Stoffel (2013), o cenário turbulento do minifúndio na região sul nos anos 1940 foi um período definidor na estrutura produtiva dos agricultores familiares. Isso ocorreu graças a sua inserção na produção de trigo e arroz, que acabou gerando uma série de obstáculos para a reprodução da propriedade familiar, que somada a baixa remuneração no campo e o início do processo de mecanização da produção agrícola, causou um intenso êxodo rural a partir de 1940. Esse deslocamento acontece principalmente do Rio Grande do Sul para a região de Santa Catarina, o que ajuda a explicar as similaridades entre os produtores da região.

Nas décadas subsequentes, enquanto Paraná e Rio Grande do Sul ampliaram sua produção de trigo e soja, em Santa Catarina consolidou-se o denominado “sistema de produção integrado” (Stoffel, 2013)(Castro,1997). Dessa forma, Stoffel (2013) aponta com base em

estudos de Alves e Mattei (2006) e de Mello et al. (2003) que, a partir da década de 1980, ocorreu no estado um intenso processo de reestruturação agroindustrial, graças a introdução de tecnologias avançadas, aliadas a exigência por escalas mais elevadas de produção e a organização empresarial. Essa dinâmica resultou em expressiva redução da participação da agricultura familiar nesse modelo.

3.1.2. A importância do cooperativismo na agricultura familiar

Como demonstrado anteriormente as propriedades agrícolas familiares estão integradas em um amplo sistema de mercado, fazendo parte dos chamados complexos agroindustriais. Dessa forma, os produtores que desejam permanecer com as suas atividades se veem forçados a lidar constantemente com desafios técnicos, financeiros e gerenciais, que exigem não só recursos monetários, mas também a oportunidade de acesso a determinados mercados. É nesse cenário que as cooperativas de produtores ganham força, sendo fundamentadas não só em uma noção de bem-estar coletivo como em uma percepção estratégica de que conjuntamente tem-se maior capacidade de articulação e desenvolvimento. Essa afirmação vai em consonância ao que foi afirmado por Schwab e Moraes (2019, p. 2), segundo o qual

[...] as cooperativas são organizações que desempenham um importante papel no contexto socioeconômico, na medida em que atuam apoiando seu desenvolvimento, principalmente das pequenas propriedades rurais, onde juntas reúnem forças para ganhar destaque e espaço no mercado competitivo.

Assim sendo, podemos compreender as cooperativas agrícolas como sendo organizações formadas por produtores que auxiliam na comercialização, beneficiamento e revenda da produção dos seus associados, além de promover assistência técnica, educacional e social (Crúzio, 2005). Desse modo, essas instituições são essenciais para o funcionamento presente dessas propriedades, mas também para a sua perpetuação futura, por meio do desenvolvimento de estratégias de permanência no campo e bem-estar no campo.

Um exemplo claro da importância dessas organizações são suas contribuições para o acesso aos mercados institucionais através de programas como o PAA e o PNAE. As cooperativas auxiliam na regularização e capacitação dos produtores para o atendimento das normas exigidas para compras governamentais, propiciando uma janela de oportunidade de geração de renda que não seria possível sem o devido apoio técnico.

Entretanto, essas organizações também enfrentam importantes obstáculos, conforme descrito por Estevam, Salvaro e Busarello (2015). Segundo os autores, a comercialização dos

produtos dos agricultores cooperados é dificultada por questões sanitárias e de tributação, em especial quando a venda ocorre em localidades distantes de sua produção. Além disso, os obstáculos logísticos também são consideráveis, já que muitas vezes o escoamento da produção da propriedade até o consumidor é entremeado de estradas de terra com baixa infraestrutura, além de necessidades específicas para o transporte de produtos processados (Schwab e Moraes, 2019).

Por último, os limites institucionais também se fazem presentes em decorrência da limitada demanda governamental por esses produtos, o que faz com que “nas cantinas das escolas públicas, nos grandes centros urbanos os produtos ainda não chegam com relevância, o que é considerado um gargalo na comercialização destes alimentos” (Schwab e Moraes, 2019, p. 8).

Diante do exposto, torna-se claro a importância das cooperativas para o desenvolvimento e fortalecimento dos agricultores familiares. Logo, é lícito destacar de que forma esse tipo de organização atua na região de análise. Para isso serão utilizados os dados trazidos por Tomazzoni e Schneider (2022) sobre a presença do cooperativismo no Sul do Brasil com base nos dados dos Censos Agropecuários 2006 e 2017.

Para uma melhor compreensão da dimensão das organizações cooperativistas a nível regional é necessário compará-las com outras localidades. Desse modo, de acordo com a Tabela 11 pode-se apontar que o Brasil contava em 2006 com 5.175.636 estabelecimentos agropecuários, dos quais 809.369 foram classificados como não-familiares e os outros 4.366.267 como familiares. Quando analisamos a proporção desses estabelecimentos que se encontravam em cooperativas no momento do recenseamento, nota-se uma participação não tão expressiva de 6,7%. Porém, é importante destacar que a participação nesse tipo de organização não é homogênea entre os dois grupos, como demonstrado pela diferença de 8 p.p. entre não-familiares (13,4%) e familiares (5,4%). Já para o ano de 2017 alguns elementos merecem destaque. O primeiro deles é a redução de cerca de 100 mil estabelecimentos agropecuários no montante total a nível nacional, graças a queda no número de estabelecimentos familiares. Entretanto, Tomazzoni e Schneider (2022) analisam essa redução com cautela, já que, segundo os autores, existem estudos dentro da literatura⁸ que demonstram que uma mudança metodológica na classificação dos agricultores familiares gerou uma desclassificação de 660.992 dessa categoria no Censo Agropecuário de 2017.

⁸ Ver Schneider, Cazella e Mattei (2021)

Outro elemento importante foi o crescimento do contingente de propriedades cooperativistas, que saiu de 346.369 em 2006 para 579.438 em 2017. Esse aumento vem acompanhado pela elevação da participação dos agricultores familiares tanto a nível nacional quanto nas grandes regiões.

Agora analisando os dados referentes a região Sul, nota-se um claro proeminência no que tange a participação dos estabelecimentos agropecuários em cooperativas agrícolas. Isso fica claro quando observamos que a macrorregião Sul possui a maior proporção associados nos dois períodos, seguido da região Sudeste. Em 2006, foram mapeados 1.006.203 estabelecimentos agropecuários no sul, sendo 156.510 não-familiares e 849.693 familiares. Do total de propriedades, 158.428 (15,7%) estavam associadas a algum tipo de cooperativa, estando 9 p.p. acima da proporção nacional demonstrando a importância das cooperativas para a dinâmica da região. Vale ressaltar, que a heterogeneidade na participação em cooperativas observada para o país, também ocorre a nível regional como pode ser comprovado ao observamos a diferença de 8 p.p. na participação dos dois grupos.

Tabela 11 - Presença do cooperativismo na agricultura brasileira (2006 e 2017)

Brasil e Grandes Regiões		2006			2017		
		Total de Estabelecimentos	Associados à Cooperativa		Total de Estabelecimentos	Associados à Cooperativa	
			N.º	%		N.º	%
Brasil	Total	5.175.636	346.369	6,7	5.073.324	579.438	11,4
	Não-familiar	809.369	108.533	13,4	1.175.916	167.133	14,2
	Familiar	4.366.267	237.836	5,4	3.897.408	412.305	10,6
Norte	Total	475.778	10.537	2,2	580.613	20.309	3,5
	Não-familiar	63.112	2.506	4,0	100.038	4.767	4,8
	Familiar	412.666	8.031	1,9	480.575	15.542	3,2
Nordeste	Total	2.454.060	32.091	1,3	2.322.719	33.592	1,4
	Não-familiar	266.929	8.386	3,1	483.873	9.380	1,9
	Familiar	2.187.131	23.705	1,1	1.838.846	24.212	1,3
Sudeste	Total	922.097	118.518	12,9	969.415	165.630	17,1
	Não-familiar	222.342	50.327	22,6	280.470	65.501	23,4
	Familiar	699.755	68.191	9,7	688.945	100.129	14,5
Sul	Total	1.006.203	158.428	15,7	853.314	313.763	36,8
	Não-familiar	156.510	35.164	22,5	187.547	65.727	35,0
	Familiar	849.693	123.264	14,5	665.767	248.036	37,3
Centro-Oeste	Total	317.498	26.795	8,4	347.263	46.144	13,3
	Não-familiar	100.476	12.150	12,1	123.988	21.758	17,5
	Familiar	217.022	14.645	6,7	223.275	24.386	10,9

Fonte: Elaborado por Tomazzoni e Schneider (2022) com base nos dados dos Censos 2006 e 2017

Ademais, apesar das discrepâncias no cooperativismo entre as grandes regiões já se fazer presente em 2006, no recenseamento de 2017 elas ganham contornos ainda maiores.

Como pode se observar na Tabela 11, a região Sul sai de uma participação de 15,7% para 36,8% em apenas 11 anos, permanecendo com o maior percentual entre as grandes regiões, seguida do Sudeste (17,1%), Centro-Oeste (13,3%), Norte (3,5%) e Nordeste (1,4%). A análise das causas para esse aumento extrapolam os limites deste trabalho, sendo necessário estudos específicos para identificar as causas do processo. Por hora basta compreendermos que o grupo de agricultores familiares sulistas se distingue dos seus pares em outras partes do país, por possuir um nível de associação bastante superior, o que pode significar uma maior capacidade de articulação e de inserção no mercado consumidor. Desse modo, espera-se que esse cenário se reflita nos indicadores de segurança alimentar para os agricultores dessa região, o que será analisado nas próximas seções.

Sobre a questão da pluriatividade, no capítulo 1 foram discutidos os diferentes entendimentos teóricos acerca dessa temática. Entre as compreensões abordadas algumas apontavam que a pluriatividade surgia como uma estratégia de sobrevivência e de complemento de renda, já que diante de barreiras para o desenvolvimento de suas atividades tradicionais, os agricultores se veem obrigados a desenvolver atividades não-agrícolas, seja no meio rural ou urbano, para a manutenção do seu modo de vida. Partindo desse entendimento teórico, a Tabela 12 demonstra como a adesão às cooperativas é capaz de gerar melhorias na qualidade de vida desses produtores, por meio do aumento da renda oriunda das atividades no próprio estabelecimento.

Tabela 12 - Renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento em relação às outras rendas obtidas pelo produtor na macrorregião Sul do Brasil (2017)

Renda	AGRICULTURA NÃO-FAMILIAR				AGRICULTURA FAMILIAR			
	Total		Associados à Cooperativa		Total		Associados à Cooperativa	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Total	187.547	100	65.727	100	665.767	100	248.036	100
Renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento maior que as outras rendas obtidas pelo produtor	83.393	44,5	43.291	65,9	425.745	63,9	191.569	77,2
Renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento menor que as outras rendas obtidas pelo produtor	99.679	53,1	21.443	32,6	240.022	36,1	56.467	22,8
Não se aplica	4.475	2,4	993	1,5	0	0,0	0	0,0

Fonte: Elaborado por Tomazzoni e Schneider (2022) com base nos dados do Censo de 2017

Segundo os dados, em 2017, 63,9% dos agricultores familiares extraíam a maior parte de sua renda de sua própria propriedade, mas quando consideramos apenas os cooperados essa proporção se eleva para 77,2%. O mesmo efeito acontece quando analisamos os produtores não-

familiares, sendo, na verdade, ainda mais acentuado do que no outro grupo, já que a proporção de 44,5% do montante total, para 65,9% considerando somente os cooperados, um aumento de cerca de 20 p.p..

Portanto, as duas últimas seções buscaram evidenciar as potencialidades advindas da adoção do cooperativismo, destacando que não é possível desenvolver uma compreensão adequada sobre os agricultores familiares da região Sul sem considerar esse tipo de organização. Nesse sentido, torna-se evidente a distinção desses produtores em relação aos seus pares de outras regiões do país, o que reforça a necessidade de estudos específicos que analisem a segurança alimentar e nutricional (SAN) desses indivíduos, considerando seus meandros e especificidades.

3.2. Evolução da segurança alimentar dos grupos familiares na região Sul do Brasil

A partir desta seção serão analisados os dados sobre a segurança alimentar e nutricional, bem como seus níveis de insegurança, especificamente da região Sul. Essa análise busca aprofundar a literatura sobre o tema, estabelecendo um recorte que não havia sido feito até então.

Nesse sentido, a partir da Tabela 13, pode-se perceber que o período de 2004 a 2013 apresentou uma melhora no panorama da SAN para a região, saindo de 76,5% dos domicílios nessa condição no primeiro ano, indo para 81,4% em 2009 e chegando a 85,1% em 2013. Entretanto, esse crescimento de quase 10 p.p. esconde uma discrepância entre os diferentes tipos de famílias, já que os empregadores apresentam um desempenho superior em todos os anos de análise, além de possuírem já em 2004 uma participação relativa de SAN 10 p.p. a mais do que o alcançado pela média das famílias em 2013, 9 anos depois. Esse dado revela que mesmo com os frutos positivos oriundos dos programas de transferência de renda e combate à fome já discutidos nesse trabalho, a heterogeneidade entre os grupos familiares se perpetuou ao longo do tempo, mesmo que em menor grau.

Para além disso, a Tabela 13 também permite analisarmos a evolução dos diferentes grupos. Em termos absolutos, os empregados foram a categoria que observaram os maiores ganhos em termos de SAN, com mais de 1,2 milhões de famílias alcançando esse patamar, seguidos dos não ocupados com 644,4 mil, contas-próprias com 276,2 mil e empregadores com um ganho 44,6 mil domicílios em segurança alimentar. Contudo, apesar de importante, a variação absoluta sofre influência do tamanho da categoria, uma vez que seria esperado que categorias com um número elevado de famílias apresentasse as maiores variações. Por isso,

quando analisamos a mudança percentual do contingente, torna-se claro que, na verdade, foram os não ocupados que obtiveram a maior melhora no indicador alimentar, com uma elevação de 97,5% no número de domicílios em SAN nessa categoria. Isso contribuiu para o arrefecimento da heterogeneidade, aproximando esse grupo dos contas-próprias e empregados.

Tabela 13 - Evolução da SAN entre os diferentes tipos de famílias do Sul - rural e urbano (2004-2013)

Famílias	2004	2009	2013	Diff 2013-2004 (Mil)	(%)	2004	2009	2013
Empregadores	584,9	694,5	629,5	44,6	7,6	95,1	93,4	95,3
Conta-própria	1987,7	2110,0	2263,9	276,2	13,9	76,5	81,9	84,8
Empregados	3019,8	3672,4	4281,9	1.262,1	41,8	75,0	79,7	84,1
Não ocupados	660,6	930,8	1305	644,4	97,5	71,1	79,0	84,6
Total	6.253,0	7.407,7	8.480,2	2.227,2	35,6	76,5	81,4	85,1
Rural								
Famílias	2004	2009	2013	Diff 2013-2004 (Mil)	(%)	2004	2009	2013
Empregadores	72	84	41	-30,5	-42,4	95,6	96,5	94,8
Conta-própria	690	690	644	-46,0	-6,7	83,3	89,5	84,7
Empregados	294	390	366	71,5	24,3	72,9	79,2	82,4
Não ocupados	49	90	149	99,2	201,2	77,4	81,0	87,9
Total	1.105,4	1.253,5	1.199,6	94,2	8,5	80,6	85,8	84,7
Urbano								
Famílias	2004	2009	2013	Diff 2013-2004 (Mil)	(%)	2004	2009	2013
Empregadores	513,0	610,5	588,1	75,0	14,6	95,0	93,0	95,4
Conta-própria	1.297,8	1.420,5	1.620,0	322,2	24,8	73,3	78,7	84,9
Empregados	2.725,5	3.282,8	3.916,1	1.190,6	43,7	75,2	79,8	84,2
Não ocupados	611,3	840,4	1.156,4	545,2	89,2	70,6	78,7	84,2
Total	5.147,6	6.154,2	7.280,6	2.133,0	41,4	75,7	80,5	85,2

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das PNAD's 2004, 2009 e 2013.

Analisando agora por aspectos territoriais, o que se percebe são dois comportamentos distintos. Enquanto no meio urbano tem-se uma certa estabilidade no crescimento da SAN, com o aumento de 5 p.p. entre cada período, o meio rural apresenta uma dinâmica errática, com uma melhora na primeira metade seguida de uma queda no período final. Dessa forma, apesar do rural apresentar níveis de SAN superiores em 2004, esse papel se inverte a partir de 2013.

Ademais, no que diz respeito ao comportamento por famílias, observa-se dois polos distintos no meio rural. De um lado, os empregadores tiveram uma queda de 42% do seu contingente em SAN, e por outro, os não ocupados observaram um aumento de mais de 200%. Essas duas dinâmicas possuem origens diferentes. Enquanto a variação nos não ocupados está relacionado ao sucesso das políticas de combate a desigualdade, a alteração dos empregadores em SAN está relacionada com a redução no número de empregadores totais. Isso pode ser constatado ao analisar o comportamento da participação relativa dessa categoria, que se mantém

praticamente estável ao longo do tempo, apresentando apenas uma ligeira redução de 0,8 p.p. Dessa forma, apesar da queda do contingente de empregadores com uma segurança alimentar adequado, isso não significa uma corrosão do padrão de alimentação dessa categoria.

Para além disso, a Tabela 14 nos permite analisar o comportamento da SAN pela natureza das atividades, podendo elas serem agrícolas, não-agrícolas e pluriativas, focadas especialmente no meio rural. Essa diferenciação é importante pois é a partir dela que se torna possível observar o comportamento dos agricultores familiares, que são os domicílios com conta própria agrícolas e pluriativos localizados nesse meio.

Tabela 14 - Evolução do percentual de famílias agrícolas, pluriativas e não agrícolas em SAN no rural do Sul (2004-2013)

Agrícolas							
Famílias	2004	2009	2013	2004-2009	2009-2013	2004-2013	%
Empregadores	94,5	95,2	100	0,8	4,8	5,5	5,9
Conta-própria	84,2	90,9	84,1	6,6	-6,8	-0,1	-0,2
Empregados	68,2	71,7	82,4	3,4	10,7	14,1	20,7
Total	81,4	86,9	84,0	5,5	-2,9	2,6	3
Pluriativas							
Famílias	2004	2009	2013	2004-2009	2009-2013	2004-2013	%
Empregadores	97,0	97,4	85,6	0,4	-11,8	-11,4	-11,8
Conta-própria	82,4	89,2	87,3	6,8	-1,9	4,9	6,0
Empregados	76,7	81,1	76,5	4,4	-4,5	-0,1	-0,2
Total	82,0	86,9	83,9	5,0	-3,0	2,0	2
Não-agrícolas							
Famílias	2004	2009	2013	2004-2009	2009-2013	2004-2013	%
Empregadores	96,4	97,6	96,2	1,2	-1,4	-0,2	-0,2
Conta-própria	77,9	79,7	83,2	1,8	3,5	5,3	6,8
Empregados	75,9	83,9	84,4	8,1	0,5	8,5	11,3
Total	77,8	84,1	84,9	6,3	0,8	7,1	9

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das PNAD's 2004, 2009 e 2013.

A partir disso, considerando as famílias com atividades agrícolas, nota-se que os agricultores familiares foram a única categoria que apresentou queda na SAN ao final do período, com uma ligeira melhora em 2009, que logo se desfaz em 2013. Mais especificamente, os empregadores agrícolas registraram um aumento de 5,5 p.p. no nível de SAN entre 2004 e 2013, enquanto os empregados, por sua vez, apresentaram um crescimento ainda mais expressivo, de 14,1 p.p. Já os conta própria mantiveram-se praticamente estáveis, com variação de apenas -0,1 p.p. Entretanto, ao incorporarmos os pluriativos à análise, observa-se um cenário diametralmente oposto, com os agricultores familiares registrando um aumento de 4,9 p.p. no

nível de SAN, enquanto os empregadores enfrentaram uma redução de 11,4 p.p. e os empregados apresentaram uma variação mínima de -0,1 p.p. Já entre as famílias não agrícolas, o comportamento geral é de melhora, com destaque para os empregados, cujo nível de SAN aumentou 8,5 p.p., seguidos pelos conta própria (5,3 p.p.) e pelos empregadores, que se mantiveram razoavelmente estáveis, com variação de -0,2 p.p.

Dessa forma, é possível traçar um paralelo entre os dados da Tabela acima e o debate sobre pluriatividade apresentado no capítulo 1. Conforme discutido anteriormente, no Brasil, a pluriatividade surge menos como estratégia de expansão produtiva, como observado em países desenvolvidos, e mais como uma resposta a perda de renda agrícola e a dificuldade de inserção no mercado, conforme argumenta Silva (1999). Esse aspecto dialoga diretamente com o padrão observado entre os agricultores familiares. Quando considerados apenas os estritamente agrícolas, esses apresentaram queda na SAN. No entanto, ao incorporar os pluriativos, houve melhora de 4,9 p.p., o que é compatível com a leitura de Silva de que a diversificação não decorre necessariamente de ganhos de produtividade, mas sim de uma busca por subsistência diante da pressão econômica.

Ao mesmo tempo, Conterato (2008) e autores como Veiga e Abramovay destacam que a capacidade da agricultura familiar gerar emprego, renda e dinamismo regional depende de sua inserção nos mercados locais e das condições estruturais oferecidas, como comunicações, serviços e estímulo ao empreendedorismo. Essa perspectiva ajuda a compreender por que os efeitos da pluriatividade não são homogêneos. Os ganhos observados entre agricultores familiares podem refletir trajetórias de integração produtiva mais virtuosas, enquanto as perdas registradas entre empregadores pluriativos, que apresentaram queda de 11,4 p.p., sinalizam formas de diversificação menos estruturadas, possivelmente ligadas a precarização ou a baixa capacidade de transbordamento local.

Já quando consideramos a visão de Nascimento (2009), o comportamento da SAN entre os agricultores familiares sugere que, apesar de as oportunidades não agrícolas contribuírem para diversificar a renda e potencialmente mitigar riscos de InSAN, a estabilidade da SAN entre agricultores familiares depende, da valorização contínua das atividades agrícolas e do apoio estatal. A oscilação nos indicadores reforça que a permanência em melhores condições de SAN não se sustenta apenas pela inserção em ocupações externas à agricultura, sendo crucial que políticas públicas assegurem tanto a viabilidade econômica da produção agrícola quanto sua articulação com outras fontes de renda. Dessa forma, é possível conjecturar que as melhorias na SAN observadas entre os agricultores familiares agrícolas e os pluriativos decorrem do declínio no contingente total de agricultores no início dos anos 2000, conforme argumenta

Nascimento (2009). Em outras palavras, isso significa que as famílias de conta-própria mais vulneráveis, que provavelmente se encontravam em situação de insegurança alimentar, migraram para o assalariamento não agrícola, o que resultou na permanência, dentro do cálculo do índice, de domicílios com condições alimentares mais robustas. Esse quadro se altera a partir de 2009, momento em que políticas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, como o PAA e o PRONAF, ampliaram o setor e possibilitaram o retorno de um maior número de famílias. Como consequência, observou-se uma redução proporcional da SAN, já que o universo de agricultores voltou a incluir grupos em situação de maior fragilidade.

Dessa forma, os dados confirmam a ideia de que a pluriatividade não é uma categoria uniforme. Para alguns grupos, ela constitui uma estratégia de sobrevivência limitada por mercados pouco dinâmicos, como apontam Silva e Conterato. Para outros, pode assumir caráter inovador e de geração de dinamismo regional, em linha com as interpretações de Abramovay e Veiga. A heterogeneidade encontrada nos números reforça a necessidade de analisar não apenas a presença da pluriatividade, mas também sua forma concreta de inserção e as condições estruturais que determinam se ela se traduz em maior segurança alimentar ou em vulnerabilidade persistente.

3.2.1. Evolução da InSAN leve nos grupos familiares na região Sul do Brasil

Com base nos dados da Tabela 15 podemos perceber a presença de uma heterogeneidade também no nível de insegurança leve, já que os empregadores apresentam os melhores índices quando comparado com as outras categorias. Isso fica claro quando observamos que, em 2004, enquanto contas-próprias, empregados e não ocupados tinham em média 13% do seu contingente total em InSAN leve, os empregadores possuíam cerca de 9 p.p. a menos, com 3,7% desse grupo sendo afetado. Entretanto, assim como no nível nacional discutido no capítulo anterior, na região Sul também há uma discrepância no comportamento do volume total e da participação percentual. Excetuando-se as famílias de contas-própria, todas as outras apresentam um aumento no número de domicílios afligidos por InSAN leve, com empregadores crescendo 4,5 mil famílias, empregados 35,5 mil e não-ocupados 29,9 mil famílias. Considerando a saída de 54,2 mil domicílios contas-próprias dessa condição de InSAN, o saldo final para a região é um crescimento no volume total de famílias afetadas, logo, a melhora percentual de 2,1 p.p. nesse indicador em relação a 2004 espessa um crescimento no número total de domicílios e não uma melhora real no contingente. Essa análise é importante para

destacarmos a verdadeira dinâmica da insegurança alimentar na região, que muitas vezes pode ser mascarada ou distorcida pela participação relativa.

Tabela 15 - Evolução da InSAN leve entre os diferentes tipos de famílias do Sul - rural e urbano (2004-2013)

Famílias	2004	2009	2013	Diff 2013-2004 (Mil)	(%)	2004	2009	2013
Empregadores	23,0	45,1	27,6	4,5	19,7	3,7	6,1	4,2
Conta-própria	344,1	321,5	289,9	-54,2	-15,8	13,2	12,5	10,9
Empregados	563,0	638,0	598,5	35,5	6,3	14,0	13,9	11,8
Não ocupados	106,4	128,5	136,0	29,6	27,8	11,5	10,9	8,8
Total	1036,6	1133,1	1051,9	15,4	1,5	12,7	12,4	10,6
Rural								
Famílias	2004	2009	2013	Diff 2013-2004 (Mil)	(%)	2004	2009	2013
Empregadores	3,1	2,6	1,6	-1,5	-49,1	4,1	3,0	3,6
Conta-própria	81,1	57,6	83,7	2,6	3,2	9,8	7,5	11,0
Empregados	59,3	64,3	55,3	-4,0	-6,7	14,7	13,1	12,5
Não ocupados	6,3	11,7	8,3	2,0	31,9	9,9	10,5	4,9
Total	149,8	136,3	148,9	-0,9	-0,6	10,9	9,3	10,5
Urbano								
Famílias	2004	2009	2013	Diff 2013-2004 (Mil)	(%)	2004	2009	2013
Empregadores	19,9	42,5	26,0	6,1	30,4	3,7	6,5	4,2
Conta-própria	263,0	263,9	206,1	-56,8	-21,6	14,9	14,6	10,8
Empregados	503,8	573,7	543,2	39,5	7,8	13,9	13,9	11,7
Não ocupados	100,1	116,7	127,7	27,6	27,5	11,6	10,9	9,3
Total	886,8	996,8	903,1	16,3	1,8	13,1	13,0	10,6

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das PNAD's 2004, 2009 e 2013.

Além disso, é importante salientar que flutuações no nível de InSAN leve também estão intimamente ligados aos elementos subjetivos do questionário da EBIA. Segundo Hoffman (2014), algumas perguntas do questionário aplicado, como a que indaga se houve preocupação dos moradores quanto ao consumo futuro ou a que questiona se a ingestão de alimentos foi inferior ao que os respondentes consideravam adequado, abrem margem para interpretações próprias que não traduzem adequadamente o cenário vivido. O crescimento da proporção de domicílios em situação de InSAN leve pode, portanto, estar relacionado a esse caráter parcialmente subjetivo do questionário. Para famílias em situação de maior vulnerabilidade econômica, a escassez de alimentos pode ser percebida como uma condição frequente e cotidiana, o que faz com que nem sempre seja registrada ou declarada como um problema, influenciando os resultados observados (Hoffman, 2014).

Quando discriminamos por tipo de território é possível perceber que o comportamento agregado de aumento da InSAN leve está sendo engendrado pela corrosão desse indicador no meio urbano. Em termos absolutos o que se observa é o aumento de 16,3 mil domicílios em

insegurança no meio urbano, contra a saída de 900 famílias no meio rural dessa situação, o que corresponde respectivamente a uma variação positiva de 1,8% e uma variação negativa de 0,6%. Quando analisamos por tipo de ocupação nota-se diferenças em relação à dinâmica da InSAN em cada território. Com exceção dos não ocupados, que experienciaram uma evolução semelhante em termos percentuais nas duas áreas, as outras famílias observaram um comportamento diametralmente oposto em cada região. Enquanto no meio rural o montante de empregadores em InSAN leve se reduziu em 1,5 mil famílias, no meio urbano esse volume se elevou em 6,1 mil ao final do período. Vale destacar que essa variação leva em conta os anos de 2004 e 2013, porém, o ano de 2009 registrou um aumento expressivo do contingente de empregadores afetados, com aumento superior ao dobro em relação ao período inicial. No caso dos trabalhadores por conta própria, a situação se inverte. A redução de famílias nesse grupo ocorreu exclusivamente no meio urbano, com diminuição de 56,8 mil domicílios em insegurança, enquanto no meio rural houve incremento de 2,6 mil famílias afetadas. É pertinente ressaltar que o intervalo de 2009 a 2013 gerou efeitos opostos para esse tipo de família em cada território, sendo benéfico para os domicílios urbanos, mas prejudicial para aqueles residentes no meio rural. Por fim, os empregados também apresentam uma evolução dissonante nas duas áreas, com uma variação negativa no montante de famílias de 6,7% no meio rural e uma variação positiva de 7,8% no meio urbano.

Portanto, destaca-se que mesmo ao final do período de análise nenhum grupo familiar conseguiu alcançar o patamar de insegurança alimentar leve já observado entre os empregadores em 2004. Isso indica que, apesar de algumas reduções na InSAN leve em determinados segmentos e territórios, as outras tipologias de famílias permanecem em níveis relativamente mais elevados de vulnerabilidade alimentar em comparação com o que já havia sido alcançado por empregadores há quase uma década.

3.2.2. Evolução da InSAN moderada nos grupos familiares na região Sul do Brasil

No que tange a insegurança alimentar moderada, observa-se uma redução tanto no contingente total quanto na participação relativa. Quando analisamos o conjunto das famílias, 345,6 mil delas saíram da condição de InSAN moderada entre 2004 e 2013, o que significa uma queda de 58,3% no montante total. Já no aspecto percentual, 7,3% dos domicílios da região sul eram afetadas por essa insegurança no início do período, reduzindo-se para 4,1% em 2009 e 2,5% em 2013. Considerando os tipos de famílias, pode-se dizer que houve um arrefecimento

na heterogeneidade da InSAN moderada na região. Isso se torna claro quando analisamos a evolução da diferença entre o grupo mais afetado, não ocupados, e o menos afetado, empregadores. Em 2004, a distância entre as duas categorias era 9,7 p.p., já em 2013 essa diferença se reduz para 3,2 p.p., demonstrando uma aproximação no panorama dos dois grupos. Entretanto é lícito salientar que, apesar das melhoras observadas, assim como no caso de InSAN leve, as reduções nas participações de afetados nas famílias de contas-própria, empregados e não ocupados em 2013, não foram suficientes para alcançar os patamares vivenciados pelos empregadores já em 2004. Esse comportamento vai em consonância ao analisado por Hoffman (2014), que apontou por meio de um modelo logístico, que a probabilidade de incidência de inseguranças moderadas e graves é menor para empregadores, do que quando comparado com empregados com carteira, por exemplo. Entre os elementos que ajudam a explicar esse processo pode-se elencar o maior nível de renda no grupo de empregadores, elemento esse que é fundamental para explicar a condição alimentar de uma família, principalmente nos níveis moderados e graves em que há não só uma substituição por alimentos nutricionalmente inferiores, mas também uma redução quantitativa dos alimentos ingeridos.

Tabela 16 - Evolução da InSAN moderada entre os diferentes tipos de famílias do Sul - rural e urbano (2004-2013)

Famílias	2004	2009	2013	Diff 2013-2004 (Mil)	(%)	2004	2009	2013
Empregadores	5,3	3,3	1,6	-3,7	-70,2	0,9	0,4	0,2
Conta-própria	186,8	91,2	62,4	-124,4	-66,6	7,2	3,5	2,3
Empregados	302,3	207,0	130,8	-171,5	-56,7	7,5	4,5	2,6
Não ocupados	98,2	74,4	52,2	-46,0	-46,8	10,6	6,3	3,4
Total	592,6	375,9	247,0	-345,6	-58,3	7,3	4,1	2,5
Rural								
Famílias	2004	2009	2013	Diff 2013-2004 (Mil)	(%)	2004	2009	2013
Empregadores	0,2	0,4	0,7	0,5	223,2	0,28	0,46	1,53
Conta-própria	44,3	14,0	20,7	-23,6	-53,3	5,4	1,8	2,7
Empregados	30,9	26,4	14,9	-16,0	-51,8	7,6	5,4	3,4
Não ocupados	6,5	3,7	8,4	1,8	28,0	10,2	3,4	4,9
Total	81,9	44,5	44,6	-37,3	-45,6	6,0	3,0	3,1
Urbano								
Famílias	2004	2009	2013	Diff 2013-2004 (Mil)	(%)	2004	2009	2013
Empregadores	5,1	2,9	0,9	-4,2	-82,1	0,9	0,4	0,1
Conta-própria	142,4	77,2	41,7	-100,7	-70,7	8,0	4,3	2,2
Empregados	271,4	180,7	115,9	-155,5	-57,3	7,5	4,4	2,5
Não ocupados	91,7	70,7	43,9	-47,8	-52,2	10,6	6,6	3,2
Total	510,7	331,4	202,4	-308,3	-60,4	7,5	4,3	2,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das PNAD's 2004, 2009 e 2013.

Quando separamos os meio rural e urbano alguns comportamentos se destacam. No que tange ao meio rural, a evolução do volume total de famílias afetados deixa de ser negativo para todos os tipos e passa a apresentar um crescimento para os empregadores, com um aumento de 0,5 mil famílias, e para os não ocupados, com uma elevação de 1,8 mil. Apesar dos valores absolutos não serem tão expressivos, eles significam uma crescimento percentual elevado em relação a 2004, com uma alta de 223,2% e 28%, respectivamente. Entretanto, esse aumento nessas duas categorias não foi suficiente para alterar a melhora no agregado das famílias, já que 37,3 mil famílias do meio rural saíram da insegurança moderada. Apesar do saldo final ter sido de aumento no montante de não ocupados em InSAN moderada, o meio rural repete o padrão observado no agregado de diminuição na diferença entre a categoria melhor posicionada e a que apresenta os maiores indicadores de InSAN grave. Enquanto em 2004 essa amplitude girava em torno de 10 p.p., em 2013 essa diferença cai para 3,4 p.p., muito por conta de distorções oriundas da forma de cálculo da participação relativa, visto que, na verdade, ambas as categorias pioraram.

Por outro lado, o meio urbano reflete de maneira mais precisa o cenário agregado, com redução tanto total quanto relativa de famílias em insegurança. Nesse meio, os empregadores seguem a regra geral e observam a maior queda percentual no número de famílias em InSAN moderada, com uma redução de 82,1%, seguido dos contas-próprias com queda de 70,7%, empregados com 57,3% e por último os não ocupados com 52,2% de redução. E assim como no agregado, os empregadores mantêm um cenário superior aos das outras famílias analisadas, mas com uma diferença que diminui ao longo do tempo.

3.2.3. Evolução da InSAN grave nos grupos familiares na região Sul do Brasil

Em relação a InSAN grave, nota-se uma redução no número de familiares afetadas ao longo de todo o período. Porém, essa melhora não ocorre de maneira homogênea ao longo do tempo, já que enquanto no período de 2004 a 2009 a região Sul observou uma redução de 34% no número de famílias atingidas, o que equivale a uma redução de 96,4 mil domicílios, o intervalo de 2009 a 2013 teve um comportamento bem mais contido, com uma redução de menos de 1%. É evidente que qualquer melhora no padrão alimentar dessas famílias é algo positivo, ainda mais se tratando de InSAN grave que é a mais aguda e severa condição de fome e miséria, porém, é necessário investigar quais elementos corroboraram para o enfraquecimento da melhora da condição alimentar da região nesse segundo período.

Tabela 17 - Evolução da InSAN grave entre os diferentes tipos de famílias do Sul - rural e urbano (2004-2013)

Famílias	2004	2009	2013	Diff 2013-2004 (Mil)	(%)	2004	2009	2013
Empregadores	1,4	0,5	1,6	0,2	16,7	0,2	0,1	0,2
Conta-própria	80,2	53,6	52,7	-27,5	-34,2	3,1	2,1	2,0
Empregados	139,0	88,2	82,3	-56,7	-40,8	3,5	1,9	1,6
Não ocupados	63,3	45,3	50	-13,3	-21,0	6,8	3,8	3,2
Total	283,8	187,4	186,7	-97,1	-34,2	3,5	2,1	1,9

Rural								
Famílias	2004	2009	2013	Diff 2013-2004 (Mil)	(%)	2004	2009	2013
Empregadores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta-própria	12,7	9,2	12,2	-0,5	-3,9	1,5	1,2	1,6
Empregados	19,6	11,4	7,9	-11,7	-59,6	4,8	2,3	1,8
Não ocupados	1,6	5,8	3,9	2,3	143,5	2,5	5,2	2,3
Total	33,9	26,3	24,0	-9,9	-29,1	2,5	1,8	1,7

Urbano								
Famílias	2004	2009	2013	Diff 2013-2004 (Mil)	(%)	2004	2009	2013
Empregadores	1,4	0,5	1,6	0,2	16,7	0,3	0,1	0,3
Conta-própria	67,5	44,4	40,5	-27,0	-40,0	3,8	2,5	2,1
Empregados	119,4	76,8	74,4	-45,0	-37,7	3,3	1,9	1,6
Não ocupados	61,7	39,5	46,1	-15,6	-25,2	7,1	3,7	3,4
Total	250,0	161,1	162,7	-87,3	-34,9	3,7	2,1	1,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das PNAD's 2004, 2009 e 2013.

Ao considerarmos agora o tipo de família, nota-se mais uma vez que os empregadores apresentam o melhor cenário, tendo 0,2% dos seus domicílios afetados por insegurança, demonstrando que essa categoria praticamente não é afetada por esse tipo de mazela. Por outro lado, os não ocupados apresentam uma participação relativa razoavelmente alta, com uma taxa de 3,2% de incidência de InSAN grave. Esse dado consolida esse tipo de família como a mais afetada tanto no nível moderado quanto no grave de insegurança, evidenciando a fragilidade dessa categoria em promover uma melhor segurança alimentar. Apesar de preocupante, essa informação não apresenta nenhuma ruptura com a literatura existente sobre a temática, uma vez que existem trabalhos, vide Hoffman (2013; 2014), que demonstram por meio de modelos a íntima relação entre renda e segurança alimentar, principalmente nos níveis mais agudas. Logo, seria esperado que a categoria que não desenvolve nenhum tipo de atividade remunerada apresentasse os piores indicadores, assim como observado.

Além disso, é importante destacar que no quesito evolução, os não ocupados são aqueles que desempenham de maneira mais satisfatória, com uma queda, entre 2004 e 2013, de 3,6 p.p. Para compreender mais a fundo os determinantes desse comportamento, seriam necessários estudos que extrapolam o escopo desse trabalho, porém, é possível lançar como hipótese que

esses ganhos, espessos tanto em valores absolutos quanto relativos, estão íntimamente relacionados ao desenvolvimento de programas de transferência de renda fortalecidos no período de análise, como o Bolsa Família, por exemplo. Os valores transferidos por esses programas para as famílias de baixa renda, apesar de não serem suficientes para colocá-las em um patamar de SAN, com autonomia e regularidade alimentar, colaboram para a retirada desses grupos de situações de miséria extrema, passando-as para um cenário de insegurança mais branda. Portanto, é possível apontarmos que as políticas vigentes no período estavam mais voltadas a retirada das famílias dos níveis mais graves de InSAN do que para a promoção da SAN em si, visto que isso envolveria medidas mais amplas não só de transferência de renda, mas também de soberania alimentar.

Dividindo a amostra entre meio rural e urbano, observa-se um comportamento similar nos dois tipos de territórios, com uma queda relativa e absoluta para os três períodos. Ademais, nota-se também uma diferença na incidência da InSAN grave nas duas áreas, com o meio rural apresentando valores inferiores ao urbano ao longo do tempo. Esse comportamento vai em consonância ao apontado por Hoffman (2014), que utilizou dos mesmos dados da PNAD, mas a nível nacional, e demonstrou que a probabilidade de incidência dos níveis moderado e grave de insegurança é menor no rural quando comparados ao urbano. No nível familiar, essa dinâmica permanece para empregadores e contas-próprias, mas se altera para empregados e, em menor grau, não ocupados.

Os dados expostos pela Tabela 17 permitem fazer algumas comparações com o nível nacional. Conforme demonstrado por Xavier (2024), apesar do Brasil ter saído do mapa da fome da ONU⁹ em 2014, graças a melhoras nos indicadores alimentares, esse processo não se deu de maneira homogênea. Já que graças a elementos ligados ao custo de vida, o rural brasileiro ainda permanecia nessa condição, com cerca de 5,5% de suas famílias sendo afetadas por InSAN grave. Entretanto, esse cenário não se reflete na região Sul, já que todos os tipos de território e de famílias apresentavam indicadores inferiores a 5% em 2013. Isso demonstra que, no que tange ao panorama alimentar e nutricional, a região Sul apresenta aspectos melhores do que os observados no contexto nacional.

3.3.Comparação do panorama alimentar da região Sul e da região Centro-Oeste

⁹ A saída do Mapa da Fome ocorre quando um país alcança um Indicador de Prevalência de Subalimentação da FAO abaixo de 5%.

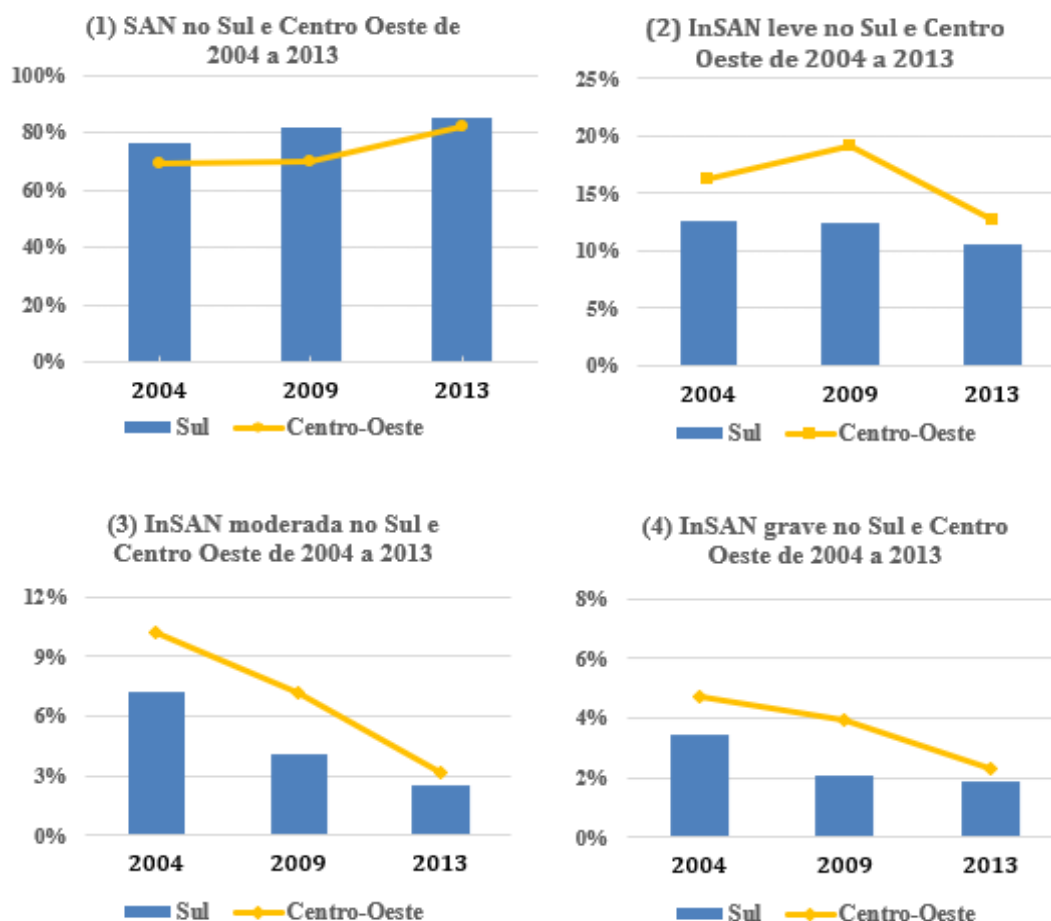
O presente trabalho surge como uma tentativa de avançar os estudos sobre o comportamento da SAN por famílias nas diferentes regiões do país. Um dos estudos mais recentes sobre a temática foi feito por Xavier (2024) que analisou a dinâmica alimentar especificamente das famílias da região Centro-Oeste. Dessa forma, essa seção buscará comparar os resultados aqui encontrados com os apresentados pelo autor, com vista a demonstrar se, além da heterogeneidade familiar, há uma diferença regional ou até mesmo se o comportamento de um grupo específico sofre alterações substanciais a depender da sua localização.

Antes de tudo, é importante destacar algumas ponderações feitas pelo autor acerca de algumas contradições sobre a SAN na região. Segundo Xavier (2024), o Centro-Oeste preserva um elevado potencial agropecuário, mas convive com fragilidades que dificultam a promoção ampla da SAN, fenômeno que extrapola aquilo que a EBIA consegue mensurar. O autor evidencia a existência de uma forte concentração de renda simultaneamente a menor disponibilidade energética *per capita* do país e a níveis reduzidos de consumo de frutas e hortaliças. Além disso, aponta que, em determinadas culturas de frutas e verduras, a região apresentou percentuais superiores de amostras contaminadas por agrotóxicos em comparação com a média nacional. No plano nutricional, estudos locais indicam que em 2011 a prevalência de déficit nutricional em adultos superou a média nacional, ao passo que homens exibiram taxas mais elevadas de sobrepeso e obesidade, conforme Tinoco et al. (2011). Para Xavier, esses elementos mostram que a posição de destaque na produção não se traduz automaticamente em melhoria das condições alimentares e nutricionais, sendo necessário que a dinâmica agrícola seja articulada a políticas e práticas que ampliem o acesso e a qualidade da alimentação para a população local.

A partir desse preâmbulo, torna-se possível avançar com as discussões sobre as diferenças entre as duas regiões. Desse modo, o Gráfico 6 traz informações agregadas para as regiões Sul e Centro-Oeste, dos anos de 2004, 2009 e 2013.

No agregado, tanto o Sul quanto o Centro-Oeste registram aumento da proporção de domicílios em situação de segurança alimentar entre 2004 e 2013, sendo o acréscimo mais acentuado no Centro-Oeste. Esse resultado é acompanhado por quedas marcantes nas categorias de insegurança moderada e grave em ambas as regiões, o que indica que os progressos observados se deram sobretudo na redução das formas mais severas de privação alimentar.

Gráfico 6 - Evolução do panorama alimentar agregado nos domicílios do Sul e do Centro-Oeste (2004-2013)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das PNAD's 2004, 2009 e 2013 e dos dados apresentados por Xavier (2024).

A evolução da InSAN leve segue padrão distinto. No Sul, a participação relativa de domicílios em insegurança leve apresenta pequena diminuição ao longo da série. No Centro-Oeste, por sua vez, observa-se uma elevação até 2009 seguida por queda em 2013. Esse comportamento é compatível com duas explicações que já foram levantadas anteriormente. Primeiro, a de que a redução da participação relativa a partir de 2009 deriva da ampliação do número total de domicílios, pois conforme exposto pelo autor “apesar da queda de 22% na InSAN leve do Centro-Oeste, vemos que em termos absolutos o número de famílias em InSAN

leve aumentou na região, em 22,6 mil”¹⁰ (Xavier, 2024). A segunda discussão que pode ser apontada, é a natureza parcialmente subjetiva dos itens da EBIA demonstrada por Hoffman (2014), que pode ter influenciado o registro desse tipo de insegurança.

Além disso, as reduções mais expressivas nas categorias moderada e grave sinalizam avanços reais na diminuição das carências alimentares mais agudas, mas não eliminam as desigualdades internas. A diferença entre Sul e Centro-Oeste sugere efeitos regionais distintos da dinâmica produtiva e do mercado de trabalho. No caso do Sul, os indicadores são consistentemente melhores em todos os níveis analisados, tanto nas medidas de SAN quanto nas categorias de InSAN leve, moderada e grave. Esse desempenho mais favorável pode refletir uma combinação de fatores estruturais e institucionais, entre os quais poderiam ser um mercado de trabalho regional relativamente mais diversificado, infraestrutura de serviços e redes de comercialização mais consolidadas, além de programas sociais com maior capilaridade em certos territórios. Entretanto, a delimitação dos determinantes das diferenças interregionais extrapolam o escopo do presente trabalho.

Em seguida, a Tabela 18 apresenta todos os níveis da EBIA para as duas regiões, mas agora discriminados por tipo de família. Vale ressaltar, que a tipologia utilizada neste trabalho seguiu a mesma estrutura usada por Xavier para que fosse possível construir diálogos entre as duas discussões.

Nesse sentido, observa-se que a heterogeneidade não é uma marca exclusiva da região Sul, uma vez que o Centro-Oeste também apresenta diferenças entre seus grupos de famílias. Em ambas as regiões os empregadores apresentam a maior participação relativa de SAN, evidenciando o predomínio desse tipo de ocupação no que se refere a qualidade do indicador alimentar. Entretanto, é possível notar uma certa diferença nas outras três categorias, já que enquanto no Sul contas próprias, empregados e não ocupados estavam em patamares quase iguais de segurança alimentar, na região Centro-Oeste a distância entre eles se mostra mais acentuada, com os não ocupados performando 2 p.p. a menos que os empregados, por exemplo.

¹⁰ Ver Tabela 39 em Xavier (2024)

Tabela 18 - Evolução do panorama alimentar entre os diferentes tipos de famílias do Sul e do Centro-Oeste (2004-2013)

Região Sul					Região Centro-Oeste				
	SAN		Diff (2013-2004)			SAN		Diff (2013-2004)	
Famílias	2004	2009	2013	(%)	2004	2009	2013	(%)	
Empregadores	95,1	93,4	95,3	0,3	92,2	89	93,4	1,2	
Conta-própria	76,5	81,9	84,8	8,4	66,9	68,3	80,9	14,0	
Empregados	75,0	79,7	84,1	9,1	68,7	68,5	81,6	12,9	
Não ocupados	71,1	79,0	84,6	13,5	60,5	68,1	79,3	18,8	
Total	77	81	85	8,6	68,9	69,8	81,9	13,0	
	InSAN leve		Diff (2013-2004)			InSAN leve		Diff (2013-2004)	
Famílias	2004	2009	2013	(%)	2004	2009	2013	(%)	
Empregadores	3,7	6,1	4,2	0,4	5,5	9,2	6,1	0,6	
Conta-própria	13,2	12,5	10,9	-2,4	17,8	19,6	13,2	-4,6	
Empregados	14,0	13,9	11,8	-2,2	17	20,6	13,3	-3,7	
Não ocupados	11,5	10,9	8,8	-2,6	14	16,9	11,9	-2,1	
Total	13	12	11	-2,1	16,2	19,1	12,7	-3,5	
	InSAN moderada		Diff (2013-2004)			InSAN moderada		Diff (2013-2004)	
Famílias	2004	2009	2013	(%)	2004	2009	2013	(%)	
Empregadores	0,9	0,4	0,2	-0,6	2,0	1,8	0,4	-1,6	
Conta-própria	7,2	3,5	2,3	-4,8	10,8	8,0	3,5	-7,3	
Empregados	7,5	4	2,6	-4,9	9,9	7,2	3,1	-6,8	
Não ocupados	10,6	6,3	3,4	-7,2	15,5	8,8	4,6	-10,9	
Total	7,3	4,1	2,5	-4,8	10,2	7,2	3,2	-7,0	
	InSAN grave		Diff (2013-2004)			InSAN grave		Diff (2013-2004)	
Famílias	2004	2009	2013	(%)	2004	2009	2013	(%)	
Empregadores	0,2	0,1	0,2	0,0	0,2	0,0	0,1	-0,1	
Conta-própria	3,1	2,1	2,0	-1,1	4,4	4,2	2,4	-2,0	
Empregados	3,5	1,9	1,6	-1,8	4,4	3,8	2,0	-2,4	
Não ocupados	6,8	3,8	3	-3,6	10,0	6,2	4,2	-5,8	
Total	3,5	2,1	1,9	-1,6	4,7	3,9	2,3	-2,4	

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das PNAD's 2004, 2009 e 2013 e dos dados apresentados por Xavier (2024)

No que tange aos níveis de insegurança, em ambos os contextos, os empregadores mantêm os menores percentuais de InSAN em todos os níveis de severidade. Por outro lado, os não ocupados apresentam os recuos mais significativos na InSAN moderada e grave, ainda que partam de patamares muito mais elevados. No Sul, por exemplo, a InSAN moderada entre não ocupados caiu de 10,6% para 3,4%, variação de -7,2 p.p., enquanto no Centro-Oeste a mesma categoria declinou de 15,5% para 4,6%, diferença de -10,9 p.p. As categorias de conta-própria e de empregados também registram melhoras em ambas as regiões, mas em magnitudes distintas, sendo em geral mais intensas no Centro-Oeste.

Desse modo, o padrão similar entre Sul e Centro-Oeste sugere que fatores macro e políticas vigentes no período atuaram de modo correlato nas duas regiões, produzindo redução das formas agudas de insegurança. Ao mesmo tempo, as variações por grupo ocupacional apontam que os mecanismos de melhoria não foram uniformes.

Portanto, a leitura comparativa indica que a região Centro-Oeste se mostrou mais heterogênea em relação ao Sul. Essa conclusão apoia-se no fato de que a região Centro-Oeste partiu de níveis iniciais mais altos de insegurança, o que se traduziu em maiores diferenças entre categorias ocupacionais ao longo da série. Em 2004, as distâncias entre empregadores e demais grupos eram mais amplas nessa região, e embora tenham ocorrido quedas marcantes até 2013, as variações em termos de pontos percentuais foram muito desiguais entre as categorias. No Sul, por sua vez, as mudanças tendem a ser menos abruptas entre os grupos e os níveis finais apresentam menor amplitude entre as posições ocupacionais, o que configura um perfil de melhoria mais homogêneo.

Conclusões finais

O presente trabalho buscou analisar o comportamento da SAN e das diferentes formas de InSAN entre os tipos de famílias no Brasil e, de modo mais detalhado, na região Sul. Os resultados confirmaram a hipótese inicial de que a segurança alimentar apresenta heterogeneidade quando se considera a ocupação predominante no domicílio. No caso da região Sul, foco central deste estudo e contribuição em relação a literatura, observou-se um predomínio dos domicílios de empregadores, que apresentaram melhores indicadores de alimentação em comparação aos demais grupos em todos os níveis da EBIA. Por outro lado, os não ocupados configuraram-se como o segmento mais vulnerável, uma vez que exibiram a menor proporção de SAN nos anos iniciais e a maior incidência de InSAN grave em todo o período analisado.

No que tange a agricultura familiar a leitura dos dados revela um quadro marcado por avanços conjunturais e por fragilidades estruturais. Enquanto nos outros grupos os ganhos da SAN se deram de maneira mais constante, para os agricultores familiares tais melhorias convivem com trajetórias oscilantes e efeitos composicionais decorrentes da saída e reentrada de famílias no contingente agrícola. Políticas públicas adotadas no período, como PAA e medidas de crédito direcionadas à agricultura familiar, contribuíram para a ampliação do setor e para ganhos reais em determinados segmentos, mas nem sempre promoveram uma redução uniforme das desigualdades alimentares, pois parte dos avanços agregados resulta também de alterações no denominador das razões utilizadas. Em vista disso, conclui-se que a agricultura familiar no Sul não constitui um bloco homogêneo e que a consolidação de melhorias em SAN depende da articulação entre transferência de renda, apoio à produção com agregação de valor e políticas territoriais que valorizem a permanência produtiva das famílias mais vulneráveis.

Ademais, os resultados da região Sul, quando contrastados com os do Centro-Oeste, também evidenciam a superioridade da primeira em termos de segurança alimentar. Esse achado está em consonância com a literatura, uma vez que a renda se mostra um fator decisivo para a garantia da SAN. Assim, não surpreende que a segunda região mais rica do país apresente uma situação alimentar mais consolidada. Contudo, a análise por tipo de família revela que a heterogeneidade entre os grupos está presente em ambas as regiões, sendo mais acentuada no Centro-Oeste, por razões que extrapolam o escopo deste trabalho.

Quando analisamos as duas regiões no âmbito da agricultura familiar algumas diferenças se fazem presentes. Entretanto, antes de apontar essas divergências é importante destacar que a comparação dos dados nesse caso encontra obstáculos nos aspectos metodológicos de cada trabalho. Enquanto a presente pesquisa utiliza da noção de

pluriatividade para a delimitação dos agricultores familiares, os dados sobre a região Centro-Oeste aglutinam os dois grupos de agricultores, apresentando uma separação apenas entre agrícolas e não agrícolas. Diante disso, é importante cautela no processo de confronto entre as duas realidades.

Dessa forma, partindo da hipótese de que essa diferença de métodos não interfere nos resultados gerais em cada trabalho, o que se observa é um distanciamento na realidade dos agricultores do Sul e os da região Centro-Oeste. Na primeira região, os agricultores agrícolas apresentam resultados razoavelmente elevados, com cerca de 84% do seu contingente em SAN no ano de 2013, estando atrás somente dos empregadores. Por outro lado, na região Centro-Oeste esse percentual se reduz mais de 10 p.p., alcançando 73,5% do volume total da categoria, um resultado que coloca os agricultores familiares dessa região no pior índice quando consideramos as famílias ocupadas. Algumas das possíveis explicações para essa diferença foram apontadas ao longo do trabalho. A primeira delas é a presença mais intensa na região Sul de agricultores do tipo C, D e E, que são produtores em transição ou consolidados que possuem uma estabilidade financeira e nível de renda mais elevados (Tabela 5). Por outro lado, na região Centro-Oeste o que se percebe é a presença mais intensa de agricultores considerados como bloqueados, do tipo A e B, que têm dificuldade de acesso aos mercados consumidores e na obtenção de crédito para a produção. O segundo aspecto diz respeito a presença do cooperativismo nas duas áreas (Tabela 11), já que enquanto no Sul a participação dos agricultores nessas instituições alcança a casa dos 30%, no Centro-Oeste essa proporção gira em torno dos 10%. Dessa forma, os produtores do Sul possuem mais instrumentos de fortalecimento e propagação da sua produção, já que as cooperativas atuam no apoio econômico, através da inserção dos cooperados em novos mercados, e produtivo, com suporte técnico especializado. Diante do exposto, entende-se que os resultados da SAN nas duas macrorregiões refletem as estruturas vigentes em cada uma, o que se traduz em uma massa de agricultores familiares diversos e heterogêneos entre si, sendo necessário compreender os fatores positivos e negativos a que esses produtores estão submetidos em cada região.

Por fim, para pesquisas futuras, sugere-se como possibilidade a aplicação de modelos econométricos capazes de controlar variáveis como renda *per capita* e número de moradores no domicílio. Tal abordagem permitiria investigar se, mesmo em patamares semelhantes de renda, empregadores, conta-próprias, empregados e não ocupados continuam a apresentar diferenças significativas nos níveis de SAN.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica**. In: ARBIX, G; ZILBOVICIUS, M; ABRAMOVAY, R. Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: Edusp, 2001.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003 Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ts/a/3LmcpqxF9M4vKSsBm4nLCPB/abstract/?lang=pt>

ALVES, Pedro Assumpção; MATTEI, Lauro Francisco. **Migrações no Oeste Catarinense: história e elementos explicativos**. In.: Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Realizado em Caxambu/MG, de 18 a 22 de setembro de 2006. Disponível em:
https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/migracoesoestescabep2006_598.pdf

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 56, Nº 01, p. 123-142, Jan./Mar. 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/resr/a/gRpLPHPWQQ8jrHnMv5DSGYK/?format=html&lang=pt>

AQUINO, Joacir Rufino de; TEIXEIRA, Olívio Alberto; TONNEAU, Jean. **PRONAF: POLÍTICA AGRÍCOLA DISCRIMINATÓRIA?! IX Encontro Nacional de Economia Política – ENEP**. 2004. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/242483369_PRONAF_politica_agricola_discriminatoria

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCANIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar**. Temas de Administração Pública. 2013

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CASTRO, Josué de. **O livro negro da fome**. São Paulo. 1968

CASTRO, Zulamar Maria Bittencourt e. **Santa Catarina – raízes e traços. A singularidade de um cenário propício ao desenvolvimento de comunidade (1960-1980)**. Revista Katálisis. v. 0, nº1, 1997. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5400>

CONTERATO, Marcelo Antonio. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://mst.org.br/download/doutorado-dinamicas-regionais-do-desenvolvimento-rural-e-estilos-de-agricultura-familiar-uma-analise-a-partir-do-rio-grande-do-sul/>

COSTA, Lorena Vieira; SILVA, Maria Micheliana da Costa; BRAGA, Marcelo José; LÍRIO, Viviani Silva. **Fatores as associados à segurança alimentar nos domicílios brasileiros em 2009**. Economia e Sociedade 2014; 23(2):373 394. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642147>

CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma COOPERATIVA: uma alternativa para o desemprego**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; BUSARELLO, Carla Spillere. **Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense**. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 289-299, jul./dez. 2015.

FAO, **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2023**. FAO, Roma, Itália, 2023.

HOFFMANN, Rodolfo. **Brasil, 2013: mais segurança alimentar**. Segurança Alimentar e Nutricional, v. 21, n. 2, p. 422-436, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634472>

HOFFMANN, Rodolfo. **Determinantes da insegurança alimentar no Brasil em 2004 e 2009**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634599>

HOFFMANN, Rodolfo. **Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: Análise dos Dados da PNAD de 2004**. Segurança Alimentar e Nutricional 2008; 15(1):49-61. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1824>

LAMARCHE, Hugo. As lógicas produtivas. In: A agricultura familiar. LAMARCHE, Hugo (Coord.). Unicamp: Editora da UNICAMP, 1998

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 5ª ed., 2003

MALTHUS, Thomas Robert. **Ensaio sobre a população**. São Paulo: Nova Cultural. 1996

MELLO, Márcio Antonio et al. **Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores**. XLI Congresso da Sober. Juiz de Fora. 2003

MONTIBELLER FILHO, Gilberto; GARGIONI, Sérgio Luiz. **Desenvolvimento da Região Sul do Brasil**. BNDES. 2014. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKewjr3ZvyhrqPAxXDIJUCHSUKKfcQFnoECBsQAQ&url=https%3A%2F%2Fweb.bndes.gov.br%2Fbib%2Fjspui%2Fbitstream%2F1408%2F3682%2F2%2FDesenvolvimento%2520da%2520Regi%25C3%25A3o%2520Sul_12_P.pdf&usg=AOvVaw06FC_GncekSM7xlbEnhbMJ&opi=89978449

NASCIMENTO, Carlos Alves do. **A pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil: pobreza rural e políticas públicas**. Economia e Sociedade. UNICAMP v.

18(36), p. 317-348, 2009. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642758>

OLIVEIRA, Leidy Diana de Souza de; LIMA-FILHO, Dario de Oliveira. **Modelo de segurança alimentar e nutricional e seus determinantes socioeconômicos e comportamentais**. Caderno Gestão Pública e Cidadania, 2011. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiNrvKAiLqPAXXjm5UCHYBMSAQFnoECBoQAQ&url=https%3A%2F%2Frepositorio.fgv.br%2Fbitstreams%2Fbf3960c3-0929-4201-93c2-9e668f1c706f%2Fdownload&usg=AOvVaw0Q1NmQgfjYb_Q_pGx08f&opi=89978449

OXFAM. **Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural**. 2016. Disponível em:

<https://www.oxfam.org.br/publicacao/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural/>

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLO, Letícia. **DO BOLSA FAMÍLIA AO BRASIL SEM MISÉRIA: UM RESUMO DO PERCURSO BRASILEIRO RECENTE NA BUSCA DA SUPERAÇÃO DA POBREZA EXTREMA**. In: Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania. Campello, Tereza (org.), Neri, Marcelo Côrtes (org.). 2013. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjP88a1iLqPAXXRjJUCHSa9H-cQFnoECBkQAQ&url=https%3A%2F%2Frepositorio.ipea.gov.br%2Fserver%2Fapi%2Fcore%2Fbitstreams%2F49c7cd82-dfe9-42a0-8572-f6a2f7d67557%2Fcontent&usg=AOvVaw0gJJ69XSCuSFRaVSo8nH8U&opi=89978449>

PERONDI, Miguel Angelo. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/299515255_DIVERSIFICACAO_DOS_MEIOS_D_E_VIDA_E_MERCANTILIZACAO_DA_AGRICULTURA_FAMILIAR

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

Pública, v. 34, p. e00066917, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00066917>

REZENDE, Maria José de. **Colonialismo, subdesenvolvimento e fome em Josué de Castro**. Caderno de Estudos Sociais, vol. 19, nº2, p. 227-246. Recife. 2003. Disponível em:

<https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1319>

REZENDE, Maria José de. **As raízes históricas do atraso econômico e político no Brasil: A interpretação de Josué de Castro**. Cadernos CERU, v. 15, p. 131-149, 2004. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ceru/article/view/75327>

SANTOS, Taíse Gama dos; SILVEIRA, Jonas Augusto Cardoso da; LONGO-SILVA, Giovana; RAMIRES, Elyssia Karine Nunes Mendonça; MENEZES, Risia Cristina Egito de. **Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013**. Caderno de Saúde Pública, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Tk9dZSWfDsZg5SKPHtwKZrb/?lang=pt>

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro Francisco. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Revista Grifos, v. 30, n. 51, p. 42-67, 2021. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5656>

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). La pluriactividad en el campo latinoamericano. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, v. 1, p. 132-161. 2009. Disponível em: [\(Microsoft Word - 2009 - Cap Schneider Pluriativ Livro Hubert Gramont portuguese\352s.doc\)](#)

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e Industrialização. Pluriatividade e Descentralização Industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999.

SCHWAB, Patricia Ines; MORAES, Jorge Luiz Amaral de. **O PAPEL DO COOPERATIVISMO NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR**. IV Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento. 2019. Disponível em: [Patricia-Ines.-O-papel-do-cooperativismo.pdf](#)

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/pesquisa/O-novo-rural-Brasileiro.pdf>

SILVA, José Graziano da. **Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil**. São Paulo: Instituto da Cidadania, 2001.

SILVA, José Graziano da. **Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. In: NEAD: José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem “O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento”. Brasília, MDA/CNDRS/NEAD, 2001.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreide de; OSORIO, Rafael Guerreiro; PAIVA, Luis Henrique; SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros 15 anos**. In: Bolsa Família 15 anos (2003-2018). Silva, Tiago Falcão (org.). 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/53006dfc-16db-46d0-a9bc-212c7121c2af>

STOFFEL, Janete. **A influência da agricultura familiar no desenvolvimento rural na região Sul do Brasil**. Santa Cruz do Sul, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/527>

TINOCO, Sarah Guerra Gama et al. Segurança alimentar e nutricional na Região Centro-Oeste: particularidades e contrastes. Segurança Alimentar e Nutricional, v. 18, n. 1, p. 58-72, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634688>

TOMAZZONI, Gean Carlos; SCHNEIDER, Sergio. **A PRESENÇA DO COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA DO SUL DO BRASIL: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO A PARTIR DOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017**. DRd – Desenvolvimento Regional em debate (ISSNe 2237-9029) v. 12, ed. esp. (Dossiê), p. 65-88. 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3901>

VEIGA, Jose Eli. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo desenvolvimento**. São Paulo, Universidade de São Paulo. Estudos avançados, n.15 v.43, 2001a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/jH5FJCNrpWJqdtSwJPFQLDH/?format=pdf&lang=pt>

VEIGA, Jose Eli. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). Texto para discussão n]1, 2001b. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=84495

XAVIER, Bruno Damasceno. **Programa Fome Zero: assistencialismo ou desenvolvimento?** 2020. 115 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.236>

XAVIER, Bruno Damasceno. **A segurança alimentar e nutricional em diferentes tipos de famílias brasileiras: Uma análise do período de avanço entre 2004 e 2013**. 2024 201 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.434>.